

INTRODUÇÃO

1. AS OLIGARQUIAS URBANAS NO PANORAMA HISTORIOGRÁFICO PORTUGUÊS

Os grupos dirigentes concelhios têm vindo a merecer, nas últimas décadas, uma redobrada atenção por parte dos medievalistas portugueses, assistindo-se a um inegável avanço relativamente a uma matéria pouco abordada pela historiografia tradicional. A atenção prestada à dimensão sociológica do poder concelhio integra-se num movimento mais vasto de renovação da historiografia medieval portuguesa, que se verificou a partir das décadas de oitenta e noventa do século passado, consubstanciado na abertura a novas problemáticas e na renovação da forma como que se olhava para as realidades históricas. O mesmo aconteceu com os municípios.

Com efeito, até aí, os municípios tinham sido encarados, sobretudo, sob o ponto de vista institucional, em trabalhos levados a cabo por historiadores como Paulo Mêrea¹, Gama Barros², Torquato de Sousa Soares³, Marcello Caetano, a que se junta Maria Teresa Campos Rodrigues⁴, entre outros. Estudiosos do direito ou historiadores das instituições e da administração que se debruçaram também sobre os municípios enquanto estrutura administrativa e institucional. As suas leituras centraram-se, essencialmente, na questão da génese e evolução dos municípios (matéria que longamente debateram), na matriz legal dos cargos e nas suas competências, na sua produção legislativa, só marginalmente se

¹ Torquato de Sousa Soares, *Prof. Doutor Manuel Paulo Merêa: historiador das instituições medievais*, Sep. da *Revista Portuguesa de História*, IHES, Universidade de Coimbra, T. 12 (Homenagem ao Doutor Paulo Merêa), Coimbra, 1969. Entre outros estudos reveladores dessa perspetiva de análise pode ver-se, Paulo MERÊA, "Sobre as origens do concelho de Coimbra (estudo históricojurídico)", *Revista Portuguesa de História*, IHES, Universidade de Coimbra, tomo I, 1941, pp. 49-69 e tomo II, pp. 265-291. Paulo MÊREA, "A administração local e as instituições municipais", *História de Portugal* (dir. por Damião Peres), vol. II, Barcelos, Portucalense, 1929.

² Sobre Henrique da Gama Barros, veja-se, Armando Luís de Carvalho HOMEM, "Gama Barros, historiador das instituições administrativas: no I Centenário do início da publicação da História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV", Porto, *Revista da Faculdade de Letras: História*, vol. 2, 1985, pp. 235-248.

³ Um dos cultores deste tipo de História foi, por exemplo, Torquato de Sousa SOARES. Do autor, veja-se *Apontamentos para o estudo da origem das instituições municipais portuguesas*, Lisboa, 1931, (posteriormente publicado no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, 2ª ed., vol. I, Porto, 1971, pp. 651-653. Idem, *Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do Porto durante a Idade Média*, Barcelos, 1935. IDEM, "Notas para o estudo das instituições municipais da Reconquista", *Revista Portuguesa de História*, IHES, Universidade de Coimbra, tomo I, 1941, pp. 71-92.

⁴ Maria Teresa Campos RODRIGUES, *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no século XV*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1968.

abalançando para outros temas, como sejam a gestão dos quotidianos ou dos espaços urbanos⁵. Sobretudo para os politicamente mais comprometidos com o regime político, então vigente, como Marcello Caetano, a problemática dos concelhos, a par de outros temas medievais⁶, como as Cortes e a organização dos mesteres, surge claramente alinhado com a doutrina dominante do próprio *Estado Novo* de valorização da dimensão corporativa e da representação política orgânica dos corpos sociais enquanto suportes do estado-nação⁷. Não invalidando a existência de um ou outro trabalho de cariz mais inovador que, entretanto, fora surgindo, globalmente, foi essa a visão dos municípios medievais que prevaleceu até aos anos setenta, quando começaram a despontar novos temas e interesses, que se diversificaram, ainda mais, com o 25 de abril e a abertura democrática do país.

Nos anos que se seguiram a 1974, que foram os da consolidação do regime democrático, os concelhos voltaram a estar na ordem do dia dos temas históricos, mas vistos, agora, em novas perspetivas que, de algum modo, espelhavam aquelas que eram as preocupações políticas e sociais que ocupavam o espaço público de discussão. Era o caso, por exemplo, do

⁵ Caso, por exemplo, de Maria Teresa Campos Rodrigues, que aborda, na obra antes citada, um conjunto de questões relativas aos quotidianos de Lisboa, no período medieval, cf., nota anterior. Importante para esse tipo de abordagens foi também a publicação das Posturas Municipais de Lisboa, cuja organização coube à mesma autora. Veja-se, por exemplo, o *Livro das Leis e Posturas*, edição de Nuno Espinosa Gomes da SILVA e Maria Teresa Campos RODRIGUES, Lisboa, Faculdade de Direito, 1971; *Livro das Posturas Antigas*, edição de Maria Teresa Campos RODRIGUES, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974.

⁶ Entre os seus trabalhos com interesse para o período medieval, podem referir-se os seguintes: Marcello CAETANO, *Monografias sobre os concelhos portugueses*, Plano elaborado pelo professor da cadeira de direito administrativo, Lisboa, Tip. da Emp. do Anuário Comercial, 1935; IDEM, “Prefácio” a LANGHANS, Franz-Paul, *A antiga Organização dos Mesteres da Cidade de Lisboa*. Prefácio de Marcello CAETANO, Lisboa, 1942, pp. XI – LXXV. IDEM, “A administração municipal de Lisboa durante a 1.ª dinastia: 1179-1383”, *Separata de Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Lisboa, v.7 (1950) e 8 (1951). (Posteriormente reeditada, pela Academia Portuguesa de História, Lisboa, 2.ª ed., 1981; e a 3.ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1990); IDEM, “As Cortes de 1385”, Coimbra, *Revista Portuguesa de História*, Faculdade de Letras, 1951, pp. 5-86 (reeditado, posteriormente, em *A crise Nacional de 1383-1385*, Lisboa/S. Paulo, verbo, sd, em conjunto com um outro texto “O Concelho de Lisboa na Crise de 1383-85”, publicado pela primeira vez em *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, Vol. IV, Lisboa, 1953, pp. 179-247); IDEM; *As Cortes de Leiria de 1254: memória comemorativa do VII centenário, pelo académico de número Marcelo Caetano*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1954. (2.ª edição, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2004.); IDEM; “Subsídios para a História das Cortes Medievais Portuguesas” (Comunicação apresentada ao Congresso Histórico de Portugal Medieval em Braga, Novembro, 1959), *Separata da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Vol. XV Lisboa, Universidade de Lisboa, 1963; IDEM; “Prefácio” a Maria Teresa Campos Rodrigues, *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no século XV*, Lisboa, Imprensa Municipal, 1968, pp. 3-15; IDEM, *História do Direito Português (1140-1495)*, Lisboa, Editorial Verbo, 1981; IDEM *História do direito português: subsídios para a história das fontes do direito em Portugal nos séculos XII -XVI* (4.ª ed.), Introdução de Nuno Espinosa Gomes da Silva, Lisboa, Verbo, 2000.

⁷ Sobre a produção historiográfica de Marcello Caetano, que António Manuel Hespanha designou como “didática e discretamente apologética”, e os contornos ideológicos que lhe subjazem, veja-se, António Manuel HESPANHA “Historiografia jurídica e política do direito (Portugal, 1900-50)”, *Análise Social*, Vol. XVIII (3.ª-4.ª-5.ª), 1982 (n.º 72-73-74), pp. 795-812.

reconhecimento da necessidade da descentralização política e administrativa e da urgência que se colocava na consolidação de um poder local democrático, procurando-se na História respostas para as inquietações desse presente.

Da atenção concedida ao estudo dos municípios, a partir desse período, resultou uma significativa produção historiográfica, que foi clarificando os modos de organização e de funcionamento dos governos locais – fazendo ressaltar o seu caráter elitista e o seu progressivo fechamento ao comum dos vizinhos – ou tocando em questões mais específicas, como os processos eleitorais⁸, a produção legislativa e os quotidianos urbanos⁹, a relação entre o poder central e o local¹⁰, as finanças e a economia locais¹¹, a saúde pública¹², entre tantos outros temas, que não importa, por ora, dissecar exaustivamente, uma vez que essa reflexão já se encontra feita¹³. Apesar desses progressos, o estudo dos homens que estavam à

⁸ Por exemplo. Luís Miguel DUARTE, “Eleições municipais no Algarve no início do séc. XV”, *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia* (Loulé, 23 a 25 de Novembro de 1984), Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 1987, pp. 297-304.

⁹ Maria Ângela BEIRANTE, “Relações entre o Homem e a Natureza nas mais antigas posturas da Câmara de Loulé: séculos XIV-XV” in *Actas das 1.ªs Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, Câmara Municipal/Universidade do Algarve, pp. 231-242; Iria GONÇALVES, “Posturas Municipais e Vida Urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa” in *Estudos Medievais*, Porto, 7, 1986, pp. 155-172.

¹⁰ Humberto Baquero Moreno, por exemplo, dedicou uma especial atenção a esta matéria, entre outros, podem ver-se os seguintes trabalhos: Humberto Baquero MORENO, “O poder central e o poder local: modos de convergência e de conflito nos séculos XIV e XV”. *Revista de História*, Porto, vol. 8, 1988, pp. 53-68. IDEM, “O poder local entre a tradição e a inovação em meados do século XV”. *Revista de História*, Porto, vol. 10, 1990, pp. 9-16; IDEM, “A presença dos corregedores nos municípios e os conflitos de competências (1332-1459)”, *Revista de História*, Porto, vol. 9, 1989, pp. 77-88.

¹¹ Iria Gonçalves dedicou alguns trabalhos a estes temas, até aí muito pouco abordados: *As finanças municipais no Porto na segunda metade do século XV*, Lisboa, Prova Complementar de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policop., 1984 [ed.: *As finanças municipais no Porto na segunda metade do século XV*, Porto, Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, “Documentos e Memórias para a História do Porto, XLV”, 1987]; IDEM, “Despesas da Câmara Municipal de Loulé em meados do século XV”, *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia* (Loulé, 23-25 de Novembro de 1984), Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 1987, pp. 185-204 [reed. in *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 191-209].

¹² Por exemplo: Maria José Pimenta Ferro TAVARES, “Política Municipal de Saúde Pública (sécs. XIV e XV)”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 19, 1987, pp. 17-32.

¹³ Nos últimos anos foram sendo feitos diversos balanços sobre o andamento da historiografia medieval portuguesa. Alguns deles foram levados a cabo por Maria Helena da Cruz Coelho, que foi efetuando diversas sínteses sobre a questão. Veja-se Maria Helena da Cruz COELHO, “A História Medieval Portuguesa – Caminhos Percorridos e a Percorrer”, *Media Aetas. Boletim do Núcleo de História Medieval da Universidade dos Açores*, 1990, pp. 1-17. IDEM, “O poder concelhio em tempos medievais. Balanço historiográfico”, in *O Município no Mundo Português*. Seminário Internacional Funchal, 26 a 30 de Outubro de 1998, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico – Secretaria Regional de Turismo e Cultura, 1998, pp. 49-62. IDEM, “A História e a Historiografia Municipal Portuguesa. Problemas, fontes, métodos, realizações e contributos. Época Medieval” in José Viriato CAPELA, et alii, ed. *O Município Português na História, na Cultura e no Desenvolvimento Regional*. Actas do Colóquio realizado na Universidade do Minho nos dias 4 e 5 de Junho de 1998 no âmbito do Projecto PRAXIS XXI, Braga,

frente dos destinos municipais teimava em não descolar de leituras genéricas, pouco se avançando para um novo patamar de conhecimento a partir dos estudos concretos.

Até finais dos anos oitenta, pouco se soube, efetivamente, sobre o perfil, os horizontes sociais e as estratégias de controlo e de reprodução do poder dos mandantes locais. Só Humberto Baquero Moreno havia afluído o tema em dois pequenos artigos sobre as vereações das vilas de Ponte de Lima e de Serpa, publicados ainda nos anos setenta do século passado¹⁴. Esses trabalhos constituíram, talvez, as primeiras resenhas biográficas de membros da administração local, levadas a cabo em Portugal. Tratava-se, à época, de abordagens de algum pioneirismo, que foram abrindo o campo de análise à dimensão humana dos municípios, mas que não tiveram uma imediata sequência. Só alguns anos mais tarde a vertente humana volta a emergir, noutros pequenos estudos que, a partir da exploração dos poucos dados documentais existentes, foram dando a conhecer o perfil social dos que se encontravam à frente dos destinos municipais de algumas das vilas portuguesas. Caso, por exemplo, dos trabalhos de José Marques sobre Vila do Conde ou Mós de Moncorvo¹⁵.

Não admira, por isso, que Maria Helena da Cruz Coelho e Joaquim Romero Magalhães, por meados da década de oitenta, num estudo que atualizava, à luz das novas perspetivas, o conhecimento sobre as realidades concelhias, tivessem notado o pouco que se sabia sobre a

Universidade do Minho, 1999, pp. 37-55. IDEM, "O Poder Concelhio em tempos medievais – o "deve" e "haver" historiográfico", *Revista da Faculdade de Letras. História*. Porto, III Série, 7, 2006, pp. 19-34. Pode ver-se, também, Judite A. Gonçalves de FREITAS, - Les chemins de l'histoire du pouvoir dans le médiévisme portugais (ca. 1970-ca 2000). "Anais. Série História", IX/X, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 2005, pp. 231-266. Para além dos referidos, podem, ainda ver-se: José MATTOSO, "Perspectivas actuais da investigação e da síntese na historiografia medieval portuguesa (1128-1383)", *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa, 9, 1982 pp. 145-162. Armando Luís de Carvalho HOMEM; Amélia Aguiar ANDRADE; Luís Carlos AMARAL, "Por onde vem o medievismo em Portugal", *Revista de História Económica e Social*, 22, Janeiro-Abril, 1988, pp. 115- 138; Humberto Baquero MORENO, Luís Miguel DUARTE, Luís Carlos AMARAL, " História da Administração portuguesa na Idade Média: Um balanço", *Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, n.º 1, Madrid, 1991, pp. 87-98

¹⁴ Humberto Baquero Moreno: "A vereação do concelho de Ponte de Lima em 1446", in *Tensões sociais em Portugal na Idade Média*, Porto, Athena, 1975, pp. 145-149. (1ª Publicação em Separata da "Revista de Ciências do Homem", Universidade de Lourenço Marques, volume VI, série A, 1974). " A Vereação do concelho de Ponte de Lima em 1446", in *Os Municípios Portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, pp. 145-151; IDEM, "Os Juizes, vereadores, funcionários e Homens bons do Município de Serpa, em 1441", *ibidem*, pp. 139-144. (publicado em Separata da "Revista de Ciências do Homem", volume V, série A, Universidade de Lourenço Marques, 1972.

¹⁵ José MARQUES, *A administração municipal de Vila do Conde, em 1466*, Braga, 1983; "A administração municipal de Mós de Moncorvo, em 1439", in *Brigantia – Revista de Cultura*, Bragança, vol. 5, n.º 2-3-4, Abril-Dez-1985, pp. 515-560.

realidade social dos dirigentes locais¹⁶. Nesse artigo, onde em jeito de balanço se identificavam, igualmente, as lacunas e se apontavam as vias de investigação a percorrer, surgia como particularmente pertinente a necessidade de saber, de uma forma concreta, quem eram, sob o ponto de vista social, os dirigentes municipais, para que se pudessem compreender as suas tomadas de posições e as orientações que foram imprimindo às respetivas governações.

Mas esse panorama encontrava-se em rápida transformação, em consequência do forte avanço que a história medieval conhecia nesses finais de oitenta e na década de noventa do século passado. Entre tantas outras linhas de investigação que, então, despontavam, assistiu-se a um espetacular desenvolvimento da História Urbana, impulsionada pelos docentes e estudantes de História Medieval da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob a coordenação de Oliveira Marques. Um tema amplo, mas que acabou por trazer também importantes apertações sobre as realidades municipais e, em alguns casos, até mesmo sobre os seus dirigentes. Muito embora nesse tipo de estudos, de cariz globalizante, a administração municipal constituísse apenas um dos tópicos de análise, os seus autores não deixaram de abordar temas ligados aos universos concelhios. Esses trabalhos, entre muitas outras questões, foram dando a conhecer as especificidades do funcionamento das administrações, a produção legislativa municipal e o seu impacto nos quotidianos urbanos ou os símbolos materiais do poder concelhio, passando mesmo, em alguns casos, pela identificação genérica dos governantes. Assim aconteceu, por exemplo, nos trabalhos relativos a Abrantes¹⁷, Guarda¹⁸, Aveiro¹⁹, Ponte de Lima²⁰, Torres Vedras²¹, Santarém²² ou Évora²³, nos

¹⁶ Maria Helena da Cruz COELHO; Joaquim Romero MAGALHÃES, *O Poder Concelhio. Das origens às Cortes Constituintes. Notas de História Social*, Coimbra, Centro de Estudos de Formação Autárquica, 1986.

¹⁷ Hermínia VILAR, *Abrantes medieval...*

¹⁸ Rita Costa GOMES, *A Guarda Medieval. Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)*, Lisboa, Sá da Costa, 1987. No ano seguinte, a mesma autora publicou um interessante trabalho sobre as elites de três cidades medievais portuguesas, cf. Rita Costa GOMES, "As Elites urbanas no final da Idade Média. Três pequenas cidades do interior" in *Estudos e Ensaios de Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1988, pp. 229-237.

¹⁹ Maria João Violante Branco Marques da SILVA, *Aveiro Medieval*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1991 (2.ª ed. 1997).

²⁰ Amélia Aguiar ANDRADE, "Composição social e gestão municipal: o exemplo de Ponte de Lima na Baixa Idade Média", in *Ler História*, 10, Lisboa, 1987, pp. 3-13. Republicada em: Amélia Aguiar ANDRADE, *Horizontes Urbanos Medievais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, pp. 97-105.

²¹ Ana Maria RODRIGUES, *Torres Vedras e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1995.

²² Maria Ângela V. da Rocha BEIRANTE, *Santarém Medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980, pp. 229-239.

²³ Maria Ângela BEIRANTE, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1988, particularmente as páginas 563- 568 e 609-634,

quais os autores foram esboçando, com maior ou menor desenvolvimento, um perfil dos dirigentes locais, identificando homens e *famílias* ligadas às governações municipais.

Também os trabalhos sobre as *Cortes* medievais portuguesas, um frutífero filão historiográfico desse período, que teve em Armindo de Sousa um dos seus principais cultores²⁴, deu origem a um conjunto muito vasto de publicações, levado a cabo por um leque diversificado de autores²⁵, sobre a participação dos concelhos nessas reuniões magnas. O equacionar do papel dos concelhos, nesse palco político, foi deixando evidente a imperiosa necessidade de saber de quem era, de facto, a voz dos concelhos que, por via dos procuradores, se fazia ouvir nos parlamentos medievais. Longe das visões da pretensa democraticidade dos órgãos locais de governo, o que ressalta desse conjunto de estudos é que os pontos de vista e os cadernos reivindicativos apresentados, em *Cortes*, correspondiam, maioritariamente, aos interesses dos que dominavam os concelhos. Elites bem enraizadas localmente, com ampla capacidade de ação, que controlavam ferreamente o acesso ao poder municipal e que, em boa parte, como notou José Mattoso a partir da análise das suas reivindicações em cortes²⁶, seria constituída por grandes criadores de gado e lavradores, que se tornava necessário conhecer na sua diversidade.

Mas as leituras sobre a dimensão humana dos concelhos continuavam a ser genéricas. Por esses anos, Humberto Baquero Moreno, que, como se sabe, dedicou uma parte significativa do seu labor historiográfico ao estudo dos concelhos²⁷, volta ainda ao tema dos dirigentes municipais. A partir dos contributos recolhidos em diversos trabalhos que, entretanto, haviam sido publicados sobre centros urbanos portugueses, o autor traça um quadro genérico das oligarquias, que, conforme fez notar, eram, maioritariamente, compostas por gente oriunda das *classes médias urbanas*, onde se incluía a cavalaria vilã, os mercadores e

²⁴ Citamos, apenas, o trabalho de referência deste autor, *As Cortes Medievais Portuguesas. 1385-1490*, 2 vols. Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Universidade do Porto, 1987.

²⁵ É muito vasta a bibliografia sobre esta temática, onde, para além de Armindo de Sousa, se pode contar com os contributos de historiadores como Humberto Baquero Moreno, José Mattoso, Maria Helena da Cruz Coelho, Luís Miguel Duarte, Cristina Cunha, Paula Costa Pinto, Mário Farelo, Saul António Gomes, entre outros. Para um ponto de situação sobre estas problemáticas, pode ver-se Maria Helena da Cruz COELHO, “O Poder Concelhio em tempos medievais – o “deve” e “haver” historiográfico”... pp. 25-26.

²⁶ Veja-se: José MATTOSO, “Perspetivas económicas e sociais das Cortes de 1385”, *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990, pp. 263-275.

²⁷ Sobre a importância que a obra de Baquero Moreno assumiu na historiografia portuguesa, veja-se, José Marques, “Humberto Baquero Moreno: Obra Histórica”, in *Reinos Ibéricos na Idade Média. O Livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno*, Porto, Livraria Civilização/Universidade do Porto, 2003, vol. I, pp. 17-29.

uma baixa nobreza. Conclui o autor, que eram eles que dominavam as administrações concelhias²⁸.

Na realidade, o aprofundamento da análise da dimensão humana das administrações municipais só surge com a afirmação de novas linhas de investigação que se desenvolvem em torno do que podemos designar de uma História Social do poder e das sociedades políticas. Um tema de investigação de amplo sucesso nas historiografias francesa, italiana e espanhola, que já se manifestava, entre nós, nos finais dos anos setenta, mas que só foi ganhando força nas décadas de oitenta e noventa da passada centúria. A partir da utilização de métodos prosopográficos²⁹, essas linhas de análise foram permitindo a reconstituição dos grupos de poder em múltiplas vertentes: origens sociais e familiares, formação intelectual, carreiras, percursos ascensionais, entre outras.

Em Portugal, no que diz respeito à Idade Média, os estudos assim perspetivados tiveram o seu mais forte incremento ao nível da Corte e dos órgãos da administração central, particularmente, no respeitante ao Desembargo Régio. Essas abordagens traduziram-se num vasto conjunto de trabalhos, concretizados por historiadores interessados no que podemos designar de *construção do Estado* e da história das instituições políticas centrais e dos grupos que as circundavam. Autores como Leontina Ventura³⁰, Rita Costa Gomes³¹, Armando Luís de Carvalho Homem³², Judite de Freitas³³, Luís Miguel Duarte³⁴, entre outros, desenvolveram,

²⁸ Humberto Baquero MORENO, "As oligarquias urbanas e as primeiras burguesias em Portugal", *Revista da Faculdade de Letras. Historia*, n.º. 11, 1994, pp. 111-136.

²⁹ Sobre a utilização dos métodos prosopográficos em Portugal e o contraponto com o que se faz além-fronteiras, veja-se o esclarecedor balanço de Armando Luís de Carvalho Homem e de Judite de Freitas, HOMEM, Armando Luís Carvalho e Judite A. Gonçalves de FREITAS, "A prosopografia dos burocratas régios (séculos XIII-XV): da elaboração à exposição dos dados" in Filipe Themudo BARATA, ed. *Elites e redes clientelares na Idade Média. Problemas metodológicos*, Évora, Edições Colibri e CIDEHUS/Universidade de Évora, 2001, pp. 171-210.

³⁰ A dissertação de doutoramento desta autora, centrada na nobreza de corte do período de D. Afonso III contém um catálogo prosopográfico de mais de uma centena de indivíduos. Veja-se: Leontina VENTURA, A nobreza de corte de Afonso III. Dissertação de doutoramento. Coimbra, Faculdade de Letras, 1992, 2 vols.

³¹ Rita Costa GOMES, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, dissertação de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994, 2 vols. Publicada, posteriormente, em IDEM; *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.

³² Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo Régio. (1320-1433)*. Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1990; IDEM, *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisboa, Horizonte, 1990; IDEM, "Para uma abordagem da Burocracia Régia. Portugal Séculos XIII – XV." In: *Revista Portuguesa de História*. Tomo XXXI – Volume I, 1996, pp. 225 a 242; IDEM, "Oficiais Régios e Oficiais Concelhios nos Finais da Idade Média: Balanços e Perspectivas." In *Revista de História Económica e Social*. Número 24 – Setembro – Dezembro. Lisboa. Livraria Sá da Costa, 1988, pp. 27 a 35; IDEM, "A Sociedade Política joanina (1383-1433): para uma visão de conjunto", in *En La España Medieval*, N.º 12, Editorial Universidad Complutense de Madrid, 1989, pp. 232-241.

sobretudo ao longo das décadas de oitenta e de noventa do século passado, um conjunto de estudos sobre a Corte e a burocracia régia e os seus oficiais, a partir de metodologias de trabalho de cariz prosopográfico, perspetivando carreiras e percursos individuais e de grupo. Estes estudos acabaram por impulsionar, também, a elaboração de diversas dissertações, que dele são subsidiárias, sob o ponto de vista teórico e metodológico, desenvolvidas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto³⁵.

A dimensão humana das instituições encontrava-se, pois, definitivamente consagrada, enquanto matéria historiográfica, assistindo-se, nesses anos e na década seguinte, a um verdadeiro surto da prosopografia, que foi sendo aplicada ao estudo dos grupos da nobreza, às colegiadas, ao clero catedralício³⁶ e a outros tipos de instituições, cujos quadros humanos passam a ser melhor conhecidos.

³³ Entre outros: *A Burocracia do "Eloquente" (1433-1438). Os textos, as normas, as gentes*, Cascais, Patrimonia, Col. Dissertações, 1996; «*Teemos por bem e mandamos*»: *A Burocracia Régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*, 2 vols., Cascais, Patrimonia, Col. Dissertações, 2001, "A idade dos homens do poder: novos e velhos na burocracia de D. Afonso V (1439-1460)", in *ANTROPOLógicas*, n.º 6, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2002, pp. 174-192. A autora foi fazendo também alguma reflexão teórica sobre o método prosopográfico e a sua aplicação, expressa de uma forma clara no artigo "A prosopografia dos burocratas régios (séculos XIII-XV): da elaboração à exposição dos dados", in *Elites e redes clientelares na Idade Média: problemas metodológicos*, ed. Filipe Themudo Barata, Lisboa/Évora, Colibri/CIDEHUS, Universidade de Évora, 2001, pp. 171-210.

³⁴ Como apêndice da sua dissertação de doutoramento, o autor apresenta um catálogo de cerca de 1400 notícias biográficas de oficiais da justiça. Veja-se Luís Miguel DUARTE, *Justiça e criminalidade no Portugal medievo 1459-1481*, dissertação de doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 3 vols. 1994. (Tese posteriormente publicada como: *Justiça e Criminalidade no Portugal medievo (1459-1481)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Ministério da Ciência e da Tecnologia, 1999).

³⁵ Teses orientados por Armando Luís de Carvalho Homem: Helena Maria de Matos MONTEIRO, *A Chancelaria régia e os seus oficiais (1464-1465)*, 2 vols. Porto, Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997; António Eduardo Teixeira de CARVALHO, *A Chancelaria régia e os seus oficiais em 1468*, Porto, Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001. Hugo Alexandre Ribeiro CAPAS, *A Chancelaria régia e os seus oficiais no ano de 1469*, Porto, Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001. Isabel Carla Moreira de BRITO, *A Burocracia régia tardo-Afonsina. A Administração Central e os seus oficiais em 1476*, 2 vols. Porto, Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001; Maria Manuel da Silva DURÃO, *1471 – Um ano "Africano" no Desembargo de D. Afonso V*, 2 vols. Porto, Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.

³⁶ No nosso país, um dos estudos pioneiros, a este nível, e que continua, hoje, a ser de referência obrigatória, é o de Hermínia Vilar que aplicou a prosopografia ao estudo dos dignitários e cônegos da diocese eborense, cf., Hermínia VILAR, *As Dimensões de um poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Estampa, 1999; da mesma autora, pode ver-se também, "O episcopado no tempo de D. Dinis: trajectos pessoais e carreiras eclesíásticas (1279-1325)", *Revista Arquipélago - História*, 2.ª série, *Universidade dos Açores*, vol. V, 2001, pp. 581-604. Entretanto, o clero catedralício foi sendo objeto de aturados projetos de investigação, dando origem a sistemáticos levantamentos prosopográficos. Entre eles, ganha particular destaque, pela sua abrangência, o projeto "Fasti Ecclesiae Portugaliae: prosopografia do clero catedralício português, 1071-1325", dinamizado pela Universidade Católica Portuguesa, que envolveu alguns dos mais reputados historiadores portugueses, dando origem a diversas publicações. O projeto visava também a criação de uma completa base de dados de bispos,

Esta nova forma de olhar para as instituições, e de as estudar a partir de metodologias conseqüentes, chegou também, como seria inevitável, aos concelhos, embora neste vasto campo de investigação, marcado pela diversidade e pela escassez documental, eles não tivessem atingido o fulgor alcançado em outras instituições. De qualquer modo, os avanços foram muito significativos. Ainda no final dos anos oitenta alguns pequenos trabalhos, delineados dentro dessas lógicas, foram revelando a composição social das vereações de algumas cidades e vilas portuguesas, caso do Porto, para os anos de 1390-1395³⁷, e de Loulé³⁸. Contudo, um dos primeiros trabalhos a aplicar os métodos prosopográficos, de uma forma mais ampla, foi levado a cabo por Adelaide Millán da Costa, na sua dissertação de mestrado, sobre a governação da cidade do Porto³⁹.

Aproveitando a extraordinária riqueza dos livros de atas de vereação, de finais do século XV, a autora passou em revista os cargos, identificou os indivíduos que os ocuparam, delineou as suas carreiras, pondo em evidência o que, de alguma forma, era apenas intuído e poucas vezes demonstrado, isto é, o modo oligárquico de funcionamento da administração municipal da cidade.

dignidades, cónegos e porcionários que serviram as catedrais portuguesas naquela cronologia. Especificamente sobre esta questão, pode ver-se: Ana JORGE, Ana Maria RODRIGUES, Pedro HENRIQUES e Sandra LOPES, “Construção e exploração de uma base de dados prosopográfica normalizada do clero catedralício português na Idade Média” in *Cadernos Neps*, Guimarães, n.º 2, 2004, pp. 49-67. Outros projetos ou trabalhos de investigação permitiram o levantamento do clero catedralício de Braga, de Lisboa, de Viseu, entre outros, assistindo-se a uma multiplicação de trabalhos que mostram bem o fulgor dos estudos sobre os quadros Humanos das instituições, confirmando as potencialidades do método prosopográfico. Entre outros, veja-se: Ana Maria S. Almeida RODRIGUES, João Carlos Taveira RIBEIRO, Maria Antonieta Moreira da COSTA, Maria Justiniana MACIEL, *Os Capitulares Bracarenses (1245-1374). Notícias biográficas*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa /Universidade Católica Portuguesa, 2005. Ana Maria RODRIGUES, “Les Capitulaires de Braga des 13e et 14e siècles: réflexion sur une enquête prosopographique en cours”, in *Chemins d’historiens. Mélanges pour Robert Durand*. Rennes, Editions Apogée, 1999, pp. 117-131. Maria do Rosário Barbosa MORUJÃO, Anísio Miguel de Sousa SARAIVA, “O chantre de Viseu e cónego de Coimbra Lourenço Esteves de Formoselha (...1279-1318†): uma abordagem prosopográfica”, *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 13-14, Lisboa, 2001-2002, pp. 75-137 (publicado também, em versão inglesa: “A clergyman’s career in late Medieval Portugal: a prosopographical approach”, *Medieval Prosopography*, 25, Kalamazoo, 2004, p. 114-144); Mário FARELO, *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cónegos (1277-1377)*, dissertação de Mestrado em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003, 3 vols.

³⁷ Ana Cristina Marques CAMELO; Júlia Maria Lopes da Silva LEITÃO e Lucília de Fátima Martins LOPES, “A vereação do Porto de 1390 a 1395 (Composição, funcionamento e percurso político dos homens-bons)” in *Arqueologia do Estado. 1as Jornadas sobre as Formas de Organização e Exercício dos Poderes na Europa do Sul, Séculos XIII-XVIII*, Vol. I, Lisboa, História & Crítica, 1988, pp. 7-40.

³⁸ Paula Guilhermina de Carvalho FERNANDES e Maria do Rosário da Costa BASTOS, “Oficiais da Câmara Municipal de Loulé em 1384-1385”, *Revista da História*, XI, 1989, pp. 89-120.

³⁹ Adelaide Millán COSTA, *Vereação e vereadores: o governo do Porto em finais do século XV*, Porto Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989. Publicada posteriormente pela Câmara Municipal do Porto, IDEM, “Vereação” e “vereadores”: o governo do Porto em finais do Século XV, Porto, Câmara Municipal-Arquivo Histórico, 1993.

Este trabalho teve sequência num conjunto de outras dissertações, apresentadas na mesma Faculdade, que aproveitando o inesgotável manancial de informação das atas de vereação, se debruçaram sobre diversos aspetos da administração municipal da cidade, em cronologias imediatamente posteriores. Trabalhos que, para além da clarificação das dinâmicas da administração municipal, revelaram múltiplos aspetos das vivências e dos quotidianos urbanos, não esquecendo os homens que conduziram os destinos concelhios que, com maior ou menor destaque, foram sendo, igualmente, merecedores de atenção⁴⁰.

Muito embora o tema não tivesse tido grande desenvolvimento posterior, também os comportamentos sociais e os quadros mentais dos que iam integrando as governações urbanas foram sendo clarificados a partir de alguns estudos. Uns de natureza mais genérica, outros mais especificamente relacionados com as oligarquias concelhias. Entre os primeiros, vale a pena realçar o estudo de Maria de Lurdes Rosa, sobre o Morgadio, onde muitos dos exemplos recolhidos, no sentido de sustentar a investigação, dizem respeito a gente oriunda das elites urbanas. Alarga-se, assim, a estes segmentos sociais, uma problemática apenas debatida para os grupos da nobreza. Embora a relevância que a instituição de vínculos poderia assumir para os recém-chegados aos grupos nobiliárquicos não tivesse sido aprofundado, esse trabalho deixou frutíferas pistas de análise em aberto⁴¹. Entre os segundos, destaca-se, por exemplo, o estudo de Manuela Santos Silva, sobre a instituição de capelas funerárias, pelos membros da oligarquia de Óbidos⁴², onde, para além das questões relativas à vivência da morte, se perspetivam os objetivos sociais que estavam subjacentes a essas fundações. A

⁴⁰ Foi o caso de trabalhos de Maria Amélia da Silva Alves dos Santos FIGUEIREDO, *A Administração Municipal do Porto entre 1488 e 1498, segundo o Livro 6 de Vereações*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996; Jorge Filipe Pereira de ARAÚJO, *A Administração Municipal do Porto (1508-1511)*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Carla Susana Barbas RAMOS, *A administração municipal e as vereações do Porto de 1500 a 1504*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997; Cristina Isabel de Oliveira Gomes FERREIRA, *A vereação da cidade do Porto: 1512/1514*, Porto Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997; Maria Helena Barbosa PINTO, *A Vereação municipal do Porto em 1545*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001. Maria de Fátima MACHADO, *O Central e o Local. A Vereação do Porto de D. Manuel a D. João III*, Porto, Edições Afrontamento, 2003.

⁴¹ Maria de Lurdes ROSA, *O Morgadio em Portugal, séculos XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*. Lisboa, Editorial Estampa, 1995. Veja-se, também, IDEM, “Quadros de Organização do Poder Nobre na Baixa Idade Média. Estrutura familiar, património e percurso linhagístico de quatro famílias de Portalegre”, *A Cidade – Revista Cultural de Portalegre*, nova série, n.º 6, 1991, pp. 47-65.

⁴² Manuela Santos SILVA, “Contribuição para o Estudo das Oligarquias Urbanas Medievais: a instituição de capelas funerárias em Óbidos na baixa Idade Média”, in Maria José Ferro TAVARES, ed. *A Cidade. Jornadas Inter e pluridisciplinares*. Actas, vol. II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 113-127.

autora voltou, ainda, ao tema dos dirigentes concelhios, e das suas estratégias sociais, num outro trabalho sobre uma destacada linhagem obidense⁴³.

Embora a um nível diferente, também Adelaide Millán da Costa, na sua dissertação de doutoramento, apresentada na Faculdade de Letras do Porto, nos finais dos anos noventa, se debruça sobre os homens e a sua afirmação a partir do exercício do poder concelhio, vistos sob a perspetiva do espaço urbano⁴⁴. Por esses anos foi também apresentado o trabalho de Miguel Jasmins Rodrigues sobre a ilha da Madeira, onde o grupo dirigente municipal e as suas lógicas de poder ganham relevância⁴⁵.

O avanço do conhecimento das realidades concelhias, nestas perspetivas sociais, beneficiou, também, da atenção concedida, pela historiografia portuguesa, ao estudo das elites urbanas, entre as quais se integram as oligarquias camarárias. A este nível, vale a pena destacar o projeto de investigação desenvolvido pelo CIDEHUS/ Universidade de Évora, no início do presente século, em torno das elites e das suas redes clientelares⁴⁶. Sinteticamente poderemos dizer que esse projeto procurava uma leitura conjunta e integrada do *funcionamento* das elites, num contexto específico, o de Évora, dos séculos XIV e XV. Uma abordagem que se revelava inovadora, em Portugal, sobretudo pela forma como se olhava para estes grupos dominantes, perspetivando-se o carácter multifacetado das suas estratégias de estruturação do poder a partir de imbricadas redes relacionais, institucionais e pessoais, que chegavam ao âmago das sociedades urbanas.

O desenvolvimento deste projeto, que, diga-se, permitiu um exaustivo levantamento prosopográfico de gente vinculada a Évora, efetuado em diversos arquivos portugueses e, mais particularmente nos da cidade⁴⁷, deu origem a diversos encontros e publicações, que se revelaram absolutamente frutíferos sob o ponto de vista conceptual e metodológico⁴⁸. Entre muitas outras questões, que então se debateram, foi-se chamando a atenção para a

⁴³ Manuela Santos SILVA, "Uma prestigiada linhagem obidense: a de Rui Nunes nos séculos XIV e XV" in *A Região de Óbidos na Época Medieval. Estudos*, pp.123-154.

⁴⁴ Adelaide Pereira Millán da Costa, *Projeção espacial de Domínios – Das relações de Poder ao Burgo portuense (1385-1502)*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais e Humanas, na Especialidade de História apresentada à Universidade Aberta, Lisboa, 1999.

⁴⁵ Miguel Jasmins RODRIGUES, *Organização dos poderes e estrutura social: a Ilha da Madeira: 1460-1521*, Cascais, Patrimonia, 1996.

⁴⁶ *A formação das elites e redes clientelares. Uma observação centrada em Évora (Séc. XIV-XV)*. POCTI/HAR/10237/2001, projeto coordenado por Filipe Themudo Barata e que contou com a colaboração de uma vasta equipa de investigadores.

⁴⁷ Uma boa parte dessa informação encontra-se disponível na base de dados *Fundis-Fundos documentais de instituições do Sul*, alojada na página do CIDEHUS.

⁴⁸ Veja-se: Filipe Themudo BARATA, ed. *Elites e Redes Clientelares na Idade Média: Problemas Metodológicos*, Lisboa, Edições Colibri-CIDEHUS/Universidade de Évora, 2001.

necessidade de afinar as metodologias prosopográficas de modo a adequá-las ao estudo das realidades humanas dos concelhos, já que estes, pela sua natureza de instituições teoricamente abertas, colocam, a esse nível, questões muito próprias⁴⁹. Mas dessas reflexões foi ficando igualmente evidente, dentro, aliás, do que era o espírito e a temática global do projeto, que estas abordagens ganhariam com leituras que não se centrassem exclusivamente no interior dos grupos dirigentes, uma vez que, nos respetivos contextos urbanos, o poder destes homens estava longe de se cingir ao controlo das governações concelhias. No sentido de captar as múltiplas dimensões do seu poder, Adelaide Millán da Costa propôs a valorização de uma perspetiva de análise a que chamou de *relacional*, onde o parentesco, as redes clientelares e a interação com outros poderes urbanos e muito particularmente com a coroa, constituem tópicos de análise relevantes quando se procuram compreender as formas de atuação destes grupos⁵⁰.

Embora a um nível diferente, também Luís Miguel Duarte vem preconizando leituras pluridimensionais no estudo das oligarquias, chamando a atenção para necessidade de saber como se fundamentava e sustentava, na prática, o seu poder social, político e económico em cada um dos núcleos urbanos. Nesse sentido, deixou, em diversas reflexões que foi fazendo

⁴⁹ Um dos principais contributos, a este nível, coube a Adelaide Millán da Costa, historiadora muito familiarizada com a documentação e as questões municipais, que, em comunicação apresentada num desses encontros, se questiona sobre a exequibilidade de aplicação de métodos prosopográficos ao estudo dos dirigentes concelhios. A descontinuidade da relação dos indivíduos com a gestão municipal, que decorria da obrigatoriedade da rotatividade, a possibilidade de influenciar o curso dos acontecimentos, a partir do seu interior, mesmo que sem que se exercessem cargos de forma efetiva, são exemplos de algumas das especificidades da administração municipal, que colocam, ao nível da prosopografia, questões diversas daquelas que se verificam noutra tipo de instituições. Desde logo, como se exemplificou, no que diz respeito à delimitação do grupo a estudar. Para além desta questão, a autora chama, ainda, a atenção para o carácter multifacetado da atuação das oligarquias nos respetivos contextos urbanos, que não se limitavam ao controlo do poder político, bem como para a multiplicidade dos seus vínculos, sejam eles os de parentesco, de vizinhança, os de natureza clientelar ou institucional. Dimensões que qualquer estudo centrado nos dirigentes urbanos tem necessariamente que evidenciar. Propõe, por isso, o estudo das oligarquias urbanas a partir de um ponto de vista múltiplo que designou de *perspetiva relacional*, considerando que a prosopografia adequada a estes tipo de grupos será aquela que se mostrar capaz de dar conta dessa complexa teia de relações, em que, em última instância, assentava o seu poder, veja-se Adelaide Millán da COSTA, "Prosopografia das elites concelhias e análise racional: a intersecção de duas abordagens", in Filipe Themudo BARATA, ed. *Elites e Redes Clientelares na Idade Média: Problemas Metodológicos*, Lisboa, Edições Colibri-CIDEHUS/Universidade de Évora, 2001, pp. 63-70. Para uma visão de conjunto da utilização da prosopografia nos estudos das elites urbanas, em Portugal, veja-se Luís Miguel DUARTE, "Prosopografia e elites urbanas: a investigação portuguesa" in *La Prosopografía como método de investigación sobre la Edad Media. Seminario de Historia Medieval*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 2006, pp. 105-118.

⁵⁰A autora voltou ao tema da necessidade de adaptação dos métodos prosopográficos ao estudo das elites e das oligarquias, num outro artigo, onde propõe algumas itens concretos de análise desses mesmos grupos cf. Adelaide Millán da Costa, "Elites and oligarchies in the late medieval Portuguese urban world". *Imago Temporis. Medium Aevum*. Lleida: Universidad de Lleida, vol. 3, 2009, pp. 72-73.

sobre o tema, um conjunto de questões que considera pertinentes para que as mesmas possam ser respondidas⁵¹.

Sobretudo a partir da primeira década do novo século, algumas destas perspetivas de análise foram ganhando força entre os que se dedicaram aos estudos das oligarquias, consubstanciando-se, em diversos trabalhos e dissertações. É dentro dessas lógicas que se integram, por exemplo, os estudos de Miguel Gomes Martins⁵² e de Mário Farelo⁵³ desenvolvidos em torno de percursos pessoais e familiares de gente envolvida na governação da cidade de Lisboa. Este último autor aprofundará o tema na sua dissertação de doutoramento centrada, precisamente, no estudo dos oligarcas lisiponenses, no período medieval⁵⁴. Um trabalho de fôlego, suportado por um minucioso e completo levantamento prosopográfico, que dá conta não apenas das carreiras e dos percursos concelhios dos membros da oligarquia, mas também do seu progressivo envolvimento com as lógicas da coroa e do serviço régio, favorecido pelo contexto de uma cidade que constituía o centro político e administrativo do reino.

Indiretamente, também a publicação de outros estudos, onde os grupos urbanos ganham relevância, foram contribuindo para clarificar algumas das estratégias e dos

⁵¹ Veja-se, por exemplo, Luís Miguel DUARTE, “Os melhores da terra (um questionário para o caso português)” in Filipe Themudo BARATA (ed.), *Elites e redes clientelares na Idade Média. Problemas metodológicos*, Évora, Edições Colibri e CIDEHUS-EU, 2001, pp. 91-106. IDEM, “Prosopografia e elites urbanas: a investigação portuguesa” in *La Prosopografía como método de investigación sobre la Edad Media. Seminário de Historia Medieval*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 2006, pp. 105-118.

⁵² Miguel Gomes MARTINS, “A família Palhavã (1253-1357). Elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa medieval”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXII, 1997-1998, pp. 35-93. IDEM, “Estêvão Cibrães e João Esteves: A família Pão e Água em Lisboa (1269-1342)”, *Arqueologia e História*, 53, 2001, pp. 67-74. IDEM, “Os Alvernazes: Um percurso familiar e institucional entre finais de Duzentos e inícios de Quatrocentos”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 6, 2002, pp. 10-43, IDEM, “O concelho de Lisboa durante a Idade Média. Homens e organização municipal”, *Cadernos do Arquivo Municipal, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa*, 7, 2005, pp. 64-110. IDEM; Para mais tarde regressar. Percursos na administração municipal de Lisboa”, Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís FONTES (eds.), *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 278-287

⁵³ Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa no século XIV. O percurso de uma família de Lisboa, os Nogueiras” in Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís FONTES, eds. *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 145-168.

⁵⁴ Mário FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*. Lisboa, dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. O estudo reflete o bom conhecimento que o seu autor tem dos arquivos e da documentação de Lisboa que, aliás, já havia estudado, a propósito de outros trabalhos que levou a cabo sobre a elite eclesiástica da cidade de Lisboa. Veja-se Mário FARELO, *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cónegos (1277-1377)*, dissertação de Mestrado em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003. 3 Vols. IDEM, “Le chapitre cathédral” in Ana Maria C. M. JORGE, Bernardo de SÁ-NOGUEIRA, Filipa ROLDÃO e Mário FARELO, “La dimension européenne du clergé de Lisbonne (1147-1325)” in *A Igreja e o Clero Português no contexto europeu*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/Universidade Católica Portuguesa, 2005, pp. 33-38.

comportamentos sociais de membros das oligarquias. Particularmente relevante, a este nível, é o trabalho de Luís Filipe Oliveira, sobre os Mestres e os Comendadores das Ordens Militares de Avis e de Santiago⁵⁵. Nele se demonstra, ao invés do que, até aí, era tido como certeza, que uma boa parte dos que se movimentavam em torno dessas estruturas eram oriundos dos grupos urbanos, encontrando-se, muitas vezes, pessoal ou familiarmente, ligados às governações municipais. Dados relevantes para os que vão procurando equacionar as estratégias e os mecanismos de afirmação social das elites urbanas. Outros estudos que, entretanto vieram a público, foram tocando em questões até aí pouco abordadas, como a religiosidade dos leigos⁵⁶ ou o uso da simbologia heráldica⁵⁷ que também contribuíram para clarificar aspetos das vivências e das práticas sociais destes grupos. A eles se somam outros trabalhos delineados no âmbito de novíssimas problemáticas que foram chegando aos estudos dos municípios. É o caso das questões em torno da memória e da escrita que, em certa medida, constituíam também formas de projeção dos que se encontravam à frente dos municípios⁵⁸.

Contudo, se é verdade que as oligarquias são hoje bem melhor conhecidas do que o eram há não muitos anos atrás, é também indesmentível que muito falta, ainda, saber sobre os grupos dirigentes das realidades concelhias concretas. Apesar das reflexões e dos quadros mais gerais que foram sendo tratados, a informação acaba por não ser muito significativa, não

⁵⁵ Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestre e os Comendadores. As ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, Universidade do Algarve, 2009. Pode ver-se, também Luís Filipe OLIVEIRA, “Em torno da sociologia das Ordens Militares na Idade Média”, *Revista portuguesa de história*, Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e social, n.º 44, 2013, pp. 59-78.

⁵⁶ Sobre esta problemática, veja-se o ponto da situação levado a cabo por Maria de Lurdes Rosa, onde consta uma vasta bibliografia, cf., Maria de Lurdes ROSA, “Sociabilidades e espiritualidades na Idade Média: a historiografia portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais.” *Lusitania Sacra*. Lisboa, 2.ª S., n.º 21, 2009, pp. 75-124.

⁵⁷ Sobre as questões da heráldica, em diversas dimensões e perspetivas, veja--se: *Estudos de heráldica Medieval*, Miguel Metelo de SEIXAS, Maria de Lurdes ROSA, (org.), Lisboa, IEM (Instituto de Estudos medievais) / GLEQ (centro Lusíada de estudos genealógicos e heráldicos/Caminhos Romanos, 2012. Chama-se, particularmente a atenção, para os artigos de: Marta Gomes dos SANTOS, “Perspectivas para o estudo da heráldica municipal portuguesa”, *op. cit.*, pp. 275-284; Mário FARELO, “A heráldica das elites dirigentes de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 355-376; Maria de Lurdes Rosa, “Elementos para o estudo dos usos heráldicos a partir da produção documental familiar (Portugal sécs. XIV-XVI)”, *op. cit.*, pp. 333-353; e de José Augusto de Sottomayor-PIZARRO, “ Nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV). Alguns Vestígios heráldicos”, *op. cit.*, pp. 191-207.

⁵⁸ Um bom exemplo deste tipo de estudos são os que foram levados a cabo por Ana Filipa ROLDÃO: “Preparando as Cortes nos Concelhos em 1383: os agentes da escrita” in *As Cortes e o Parlamento em Portugal. 750 Anos das Cortes de Leiria de 1254*. Actas do Colóquio Internacional, Leiria, 26-28 de Novembro de 2004, Lisboa, Assembleia da República-Câmara Municipal de Leiria, 2006, pp. 229-243; IDEM, *Escrita e Poderes Urbanos nos concelhos de Coimbra, Santarém e Lisboa (1179-1325)*, dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006; IDEM, *A memória da cidade. Administração urbana e práticas de escrita em Évora (1415-1536)*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

permitindo estudos de natureza comparativa. Com efeito, com exceção de Lisboa e do Porto, e de uma ou de outra vila que foi merecedora de estudos de alguma profundidade⁵⁹, os dados que temos não são muitos, pelo que a leitura, para o conjunto do reino, continua a ser muito incompleta.

As razões que explicam este estado de coisas são, decerto, diversas, mas a elas não serão alheias as próprias características da documentação. Para muitos concelhos, ela é, de facto, escassíssima, mostrando-se pouco propícia a trabalhos de cariz prosopográfico, que exigem alguma possibilidade de sistematização da informação. O carácter descontínuo dos dados que chegaram até nós, agravado pela inexistência de livros de atas de vereação, de que só temos exemplares para um número muito restrito de concelhos, dificulta, como é óbvio, a própria reconstituição dos elencos camarários e, por consequência, o seu estudo nas perspetivas sociais. Um fator relevante que contribui para que o volume dos nossos estudos, a este nível, seja bastante menos significativo do que aqueles que existe para outras historiografias europeias⁶⁰ que, em muitos casos, contam com documentação bem mais completa.

De qualquer modo, e no que diz respeito a Portugal, o amplo levantamento documental que, nos últimos anos, tem vindo a ser feito, nos arquivos municipais, nacionais e de além-fronteiras, e a sua crescente divulgação, em múltiplos suportes, podem constituir, neste aspeto, fatores importantes para reverter a situação.

⁵⁹ Como, por exemplo, Montemor-o-Novo que foi objeto de uma recente dissertação de Mestrado, na qual, a par das questões relativas ao funcionamento da administração são estudados os indivíduos e as principais famílias que controlaram o poder concelhio, ao longo do século XV. Veja-se, Maria João Monteiro DOMINGUES, *Uma elite concelhia no Alentejo Quatrocentista: a administração municipal de Montemor-o-Novo*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.

⁶⁰ A historiografia espanhola dedicou, nas últimas décadas, uma especial atenção aos municípios e às suas oligarquias, dando origem a uma vastíssima produção científica. Para uma visão de conjunto, veja-se: Juan Antonio Bonachía Hernando, Juan Carlos Martín Cea, "Oligarquías y poderes concejiles en la Castilla bajomedieval: balance y perspectivas" in *Revista d'història medieval*, n.º 9, 1998 (Ejemplar dedicado a: Oligarquías políticas y elites económicas en las ciudades bajomedievales (siglos XIV-XVI)), pp. 17-40. Pode ver-se também Julio Valdeón Baroque "Glosa de un balance sobre la historiografía medieval española en los últimos treinta años (II)" in *La historia medieval en España : un balance historiográfico (1968-1998) : XXV Semana de Estudios Medievales, Estella, 14 a 18 de julio de 1998*, 1999, pp. 825-842; José Angel García de Cortázar y Ruiz de Aguirre, "Glosa de un balance sobre la historiografía medieval española en los últimos treinta años (I)", in *La historia medieval en España : un balance historiográfico (1968-1998) : XXV Semana de Estudios Medievales, Estella, 14 a 18 de julio de 1998*, 1999, pp. 807-824. Para França, até ao limiar do século XX, veja-se, por exemplo, Jacques LE GOFF, "Tentative de Conclusions" in Claude GAUVARD, ed. *Les élites urbaines au Moyen Age*. XXVIIe Congrès de la SHMES (Rome, Mai 1996), Paris, Publications de la Sorbonne, 1997, p. 443-456. Henri DUBOIS, "Les élites urbaines sous le regard des médiévistes français depuis 1945" in Claude PETITFRÈRE, ed. *Construction, reproduction et représentations des patriciats urbains de l'Antiquité au XXe siècle*, Actes du colloque tenu à Tours en 1998, Tours, Centre d'histoire de la ville moderne et contemporaine, 1999, pp. 529-536.

2. O TEMA DA DISSERTAÇÃO: A OLIGARQUIA CONCELHIA DE ÉVORA

Na dissertação optámos por dar continuidade a este tipo de estudos sobre os grupos dirigentes urbanos, centrando-nos numa realidade concelhia concreta: a da cidade de Évora.

Para além dos aspetos de natureza mais pessoal que se prendem com o contacto que, de há muito, temos vindo a ter com os arquivos e a documentação eborense⁶¹, a opção pelo estudo da oligarquia desta cidade, justifica-se, como é óbvio, pela relevância da urbe e pelo protagonismo da sua administração e dos seus homens no quadro do reino. Como estamos em crer, o seu estudo, pelas questões de investigação que coloca, pode fornecer um bom contributo para um melhor conhecimento de diversos aspetos das lógicas de funcionamento dos grupos dirigentes municipais no período medieval.

Apesar de todas as lacunas e limitações, que adiante explicitaremos, Évora, pela riqueza e diversidade dos seus arquivos, possui, sob o ponto de vista documental, condições mínimas para levarmos por diante um trabalho desta natureza. Note-se que quando nos referimos a condições mínimas é mesmo disso que se trata, já que estamos longe de possuir níveis de informação ideais para este tipo de estudo. Falta-nos, desde logo, o lastro documental que nos permita acompanhar muitos dos fenómenos, que particularmente nos interessam, com um mínimo de sequencialidade. Algo que se revelaria fulcral para, por exemplo, reconstituir elencos camarários, que mudavam anualmente, ou para acompanhar os percursos individuais dos que foram passando pelos cargos.

Não vale a pena lamentarmos-nos pelo facto de não possuímos livros de atas de vereação, que permitiriam, caso os tivéssemos, reconstituir plenamente o quadro humano das sessões magnas em que se tomavam as decisões ou que tornariam possível captar o ambiente

⁶¹ Foi, sobretudo enquanto membro do CIDEHUS/UE que o contacto ganhou um cariz mais sistemático, tendo colaborado na inventariação e divulgação de alguns dos fundos e coleções dos arquivos da cidade. É o caso da coleção de Pergaminhos avulsos da Biblioteca Pública de Évora e dos fundos conventuais e monásticos também desta biblioteca pública, este último, em coautoria com Maria Filomena Andrade e João Luís Inglês Fontes. Sobre a coleção de pergaminhos veja-se Joaquim Bastos SERRA, "Instituições religiosas e dinâmica urbana nos *Pergaminhos Avulsos* da Biblioteca Pública de Évora", *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo XVII, *Clérigos e religiosos na sociedade medieval*, Lisboa, CEHR/UCP, 2005, pp. 405-418. O inventário desta coleção encontra-se disponível na base de dados FUNDIS (Fundos Documentais de Instituições do Sul), alojada na página do CIDEHUS. No respeitante aos fundos monásticos e conventuais, veja-se João Luís Inglês FONTES, Joaquim Bastos SERRA, Maria Filomena ANDRADE, *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais da Biblioteca Pública de Évora*, Lisboa, Colibri/CIDHEUS – Universidade de Évora, 2011.

que se vivia no seu interior⁶²; é também despiciendo afirmar que o nosso estudo seria bem diferente se possuíssemos dados sobre os dirigentes que fossem algo mais do que fragmentários. Mas não é essa a nossa realidade, pelo que se torna necessário potenciar o que temos; e o que temos, sob o ponto de vista documental, com todas as lacunas que possa ter, é, ainda assim, bem superior ao que existe para a generalidade dos concelhos do país, que, como é sabido, se caracterizam pela penúria dos fundos documentais, pelo menos no que diz respeito à Idade Média.

Mesmo que descontínua e lacunar, a documentação eborense permite a reconstituição mínima dos elencos camarários, sobretudo a partir dos meados do século XIV, jogando ainda a favor da investigação o facto de podermos contar com algumas peças e documentos, raríssimos no panorama português, de grande qualidade e de extraordinário potencial para o estudo do município. É o caso, por exemplo, do *Livro de Posturas*, que inclui documentação das últimas décadas do século XIV, no qual, entre muitos aspetos da vida da cidade que permite captar, vai deixando também espelhado o *modus operandi* do que podemos designar de poder concelhio em exercício. O mesmo se diga do *Regimento de Évora*. Um documento de natureza político-administrativa, único, para Portugal, que permite múltiplas leituras e que se mostra fundamental para entendermos não só a relevância que a coroa, na sua ânsia uniformizadora, concedia ao controlo da administração municipal das principais cidades do reino, mas também dos mecanismos que acionava no sentido da obtenção desses seus intentos.

Pela sua relevância política e administrativa e pela pujança das suas instituições, a cidade possui um volume documental significativo, para o conjunto do período medieval. Contamos, pois, com fontes de grande riqueza e diversidade, oriundas quer das várias instâncias do poder central, quer das muitas e poderosas instituições religiosas da cidade para as quais possuímos riquíssimos fundos documentais. Entre eles, contam-se, naturalmente, os oriundos da catedral, e particularmente do arquivo do cabido, onde, aliás, foi possível recolher informes preciosos sobre os nossos homens. Também as instituições monásticas, assim como as colegiadas e as albergarias da cidade vão fornecendo dados que ajudam a compor um retrato social dos homens ligados à administração e dos seus respetivos grupos de parentesco.

⁶² Sobre a importância das atas de vereação, que mesmo sendo escassíssimas, para o panorama português, alimentam o imaginário dos historiadores, veja-se o esclarecedor artigo de Adelaide Millán da COSTA, “As actas camarárias da Idade Média: questões em aberto» in Luís Adão da FONSECA, Luís Carlos AMARAL, Maria Fernanda Ferreira SANTOS, coords., *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. I, Porto, Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 81-86.

De qualquer modo, e voltando ao início, os dados que possuímos são sempre fragmentários, diríamos mesmo, muito fragmentários. Quando tentamos reconstituir os elencos governativos, deparamo-nos com imensos vazios. Até aos anos Setenta de Trezentos, por exemplo, não é possível reconstituir totalmente nenhum elenco governativo municipal. Para esse período, o mais comum é possuímos apenas referências a um ou a dois oficiais concelhios, sendo que, para muitos anos camarários, não identificámos nenhum. A partir daquela década, as coisas melhoram, mas, ainda assim, temos anos sucessivos sem que possamos saber quem governava a cidade. Mesmo nos casos em que a reconstituição é completa ou quase completa, é comum que ela se faça com a informação fornecida por um único documento, não raras vezes um contrato ou um qualquer outro ato administrativo, tornando impossível ajuizar da regularidade da presença dos intervenientes nos processos governativos. A situação não melhora muito quando procuramos perscrutar as trajetórias pessoais e familiares dos que dirigiam os destinos municipais eborenses. O que temos, com algumas exceções, são referências pontuais, já que escasseiam os testamentos, as partilhas e outros atos que potencialmente se poderiam revelar mais elucidativos a esse nível. Mas, apesar disso, temos alguns documentos esclarecedores, de que são exemplo os atos de fundação de vínculos, alguns dos quais constantes das *Capelas de Évora*, as sentenças ou os inventários. A elas se soma uma ou outra referência inusitada, como as que recolhemos nas fontes narrativas que, por vezes, fazem a diferença no entendimento das questões.

No conjunto, o que fica, como base de trabalho, é um quadro muito fragmentário de informação, só potenciado pela sua minuciosa organização em moldes prosopográficos, e pelo seu exaustivo aproveitamento. São, pois, muitas as limitações que, como não podia deixar de ser, acabaram por condicionar a própria forma como o trabalho se delineou e que devem ser tidas em linha de conta quando se olha para as conclusões a que chegámos. De qualquer modo, e por isso avançámos para o estudo, estamos em crer que os dados compulsados permitem a compreensão do que é essencial, mostrando-se capazes de sustentar um trabalho (minimamente) coerente.

Mas se esse objetivo se torna possível é também porque outros que estudaram a cidade, antes de nós, prepararam o terreno. Sem esse fundo de conhecimento talvez não tivesse sido possível avançar para um estudo desta natureza. De facto, a cidade medieval, por motivos diversos, mas que fundamentalmente se prendem com a sua importância administrativa, sociopolítica ou monumental, tem sido, desde há muito, objeto de múltiplos estudos, levados a cabo por historiadores dos mais diversos quadrantes. Daí que tenhamos,

hoje, um bom conhecimento da cidade de Évora, no período medieval, em múltiplas dimensões, que não importa agora analisar.

Muito embora não tivesse sido, até agora, abordada em profundidade, também a questão do município e do seu grupo dirigente mereceu já a atenção de diversos autores. Sem querermos ser exaustivos, e cingindo-nos apenas a trabalhos realizados nas últimas décadas⁶³, não podemos deixar de indicar alguns que, pelas suas problemáticas, mais diretamente interessam ao nosso estudo. Entre eles, o incontornável *Évora na Idade Média*, de Maria Ângela Beirante, onde a partir do levantamento exaustivo e rigoroso da documentação, a autora efetuou uma caracterização genérica do funcionamento da administração, ensaiou a reconstituição possível dos elencos camarários e traçou um perfil global da oligarquia eborense. Na sinopse que fez sobre as famílias da nobreza eborense, deixou, ainda, uma breve caracterização de algumas das que estiveram ligadas ao poder concelhio. Contudo, não sendo o concelho o fulcro do seu trabalho deixou fora da análise a grande maioria das *famílias* que passaram pela governação. Este trabalho, apesar de genérico e de muito incompleto no campo que mais diretamente nos interessa – como, aliás, seria de esperar num tipo de estudo de cariz globalizante sobre a cidade, ao longo de todo o período medieval – constitui, a título de enquadramento, uma referência que não pode, obviamente, ser dispensada. A essa obra somam-se outros trabalhos, da mesma autora, onde a administração municipal e os homens que a dominaram acabam, direta ou indiretamente, por ser visados. É o caso do estudo *O Alentejo na 2ª metade do século XIV – Évora na Crise de 1383-1385*, em que, entre outras questões, se equaciona o papel da cidade e dos seus dirigentes no contexto da crise de 1383-85⁶⁴, ou ainda um outro artigo, designado *capelas de Évora*, onde, a propósito deste tipo de fundações, e aproveitando a riquíssima informação contida no códice com o mesmo nome, existente nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo⁶⁵, se traça o perfil do património que as suporta, se identificam as práticas sucessórias ou se põem em evidência traços de mentalidade de gente oriunda dos grupos urbanos⁶⁶. Recentemente, a mesma autora, muito ligada ao estudo da cidade, publicou um novo trabalho, desta feita, em torno da *Casa dos Vinte e Quatro*

⁶³ Dos estudos anteriores, merecem-nos destaque ao Gabriel PEREIRA, “o Archivo Municipal”, in *Estudos Eborenses. Cadernos de História-Arte-Archeologia*, Évora, Minerva Eborense, 1887. IDEM, “O Archivo da Santa Casa da Misericórdia d’Évora”, (parte 1, 2 e 3), Évora, Minerva Eborense, 1888.

⁶⁴ IDEM, “O Alentejo na 2.ª metade do século XIV – Évora na Crise de 1383-1385” in *Actas das Jornadas sobre Portugal Medieval*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1986, pp. 367-396.

⁶⁵ IANTT, Núcleo Antigo, n.º 276 – *Tombo das Capelas de Évora*.

⁶⁶ Maria Ângela BEIRANTE, “Capelas de Évora”, *A Cidade de Évora*, 65-66, 1982-1983, pp. 22-50.

e da presença dos mesterais na administração concelhia, que será, a seu tempo, merecedor de comentário no nosso estudo⁶⁷.

Também Hermínia Vilar, a par de outras problemáticas que têm ocupado a sua produção científica, se debruçou sobre a elite da cidade, em diversas intervenções e artigos. Entre outros, vale a pena referir o interessante estudo, com o esclarecedor título “da vilania à nobreza”, em que a autora, equacionando um conjunto de questões em torno dos horizontes sociais e das estratégias de ascensão dos membros da oligarquia, deixa importantes pistas de análise⁶⁸. De relevo, para o nosso estudo, é também o seu trabalho sobre a diocese de Évora, onde o quadro humano da instituição constitui uma importante dimensão de análise⁶⁹. E se o integrámos nas obras com interesse para a problemática da oligarquia eborense, é porque, em muitos casos, como teremos oportunidade de demonstrar, os destinos familiares dos dirigentes municipais se cruzam com a poderosa catedral, à qual foram estendendo a sua influência.

De perfil bem diverso é a dissertação de Filipa Roldão, apresentada, há não muitos anos, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, delineada em torno do arquivo municipal, dos seus escreventes e das lógicas e dos objetivos que estavam subjacentes a uma dada forma de organizar a informação⁷⁰.

Diversos outros autores, para quem esta cidade, no período medieval, tem constituído tema de reflexão, merecem destaque. É o caso de Filipe Themudo Barata⁷¹, Filomena Lopes de Barros⁷², Hermenegildo Fernandes⁷³, Bernardo Vasconcelos e Sousa⁷⁴, entre outros. Nós

⁶⁷ IDEM, *Ao serviço da República e do Bem Comum: os Vinte e Quatro dos Mesteres de Évora, paradigma dos Vinte e Quatro da Covilhã (1535)*, Lisboa, C.E.H., 2014.

⁶⁸ Hermínia VILAR, “Da vilania à nobreza: trajetórias de ascensão e de consolidação no Sul de Portugal (séc. XIV-XV)” In Hermínia Vasconcelos Vilar; Maria Filomena Lopes de Barros (eds.), *Categorias Sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média. Entre o Islão e a Cristandade*, Lisboa: CIDEHUS/Ed. Colibri, 2012, pp. 145-162. Pode ver-se, também, da mesma autora, “Elites sociais e apropriação do Espaço no Além-Tejo na Idade Média”, *Ler História*, 40, 2001, pp. 7-42.

⁶⁹ Hermínia VILAR, *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

⁷⁰ Ana Filipa ROLDÃO, *A memória da cidade. Administração urbana e práticas de escrita em Évora (1415-1536)*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

⁷¹ Entre outros: Filipe Themudo BARATA, “Organizar a procissão nos finais do século XV. O lugar de cada um e do grupo na cidade”, in Hermínia Vasconcelos Vilar, Maria Filomena Lopes de Barros, eds., *Categorias sociais e mobilidade na Baixa idade Média. Entre o islão e a cristandade*, Lisboa, Colibri, 2012, pp. 187-194.

⁷² Maria F. L. BARROS, “Los discursos de la ciudad y la minoría musulmana: el caso de Évora.” in *Ante su identidad. La ciudad hispánica en la Baja Edad Media*, ed. José Antonio Jara Fuente, Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha. 2013, pp. 117 – 137. Conjuntamente com, Hermenegildo Fernandes; Filipe Themudo Barata; Hermínia Vilar; Manuela Santos Silva; Fernando B. Correia, 2001. “Elites sociais e apropriação do espaço no Além-Tejo na Idade Média”, *Ler História*, 40, pp. 7 - 42.

próprios fizemos já alguma aproximação ao estudo dos dirigentes concelhios eborenses em três trabalhos. Um de cariz mais genérico, em que se deu conta do forte processo de oligarquização da administração concelhia e se identificaram algumas das principais famílias ligadas ao poder municipal, ao longo do século XV⁷⁵, e dois outros delineados em torno dos percursos familiares e pessoais dos *Façanha*. Uma das principais famílias oligárquicas, presentes na administração, em gerações sucessivas, desde pelo menos meados do século XIII até finais do século XV, sobre a qual muito pouco se sabia⁷⁶.

Em conjunto, estas investigações, que brevemente identificámos, foram permitindo uma aproximação à realidade da administração municipal da cidade e àqueles que a dirigiam, trazendo aporções que, a seu modo, se revelam importantes para o nosso tema.

Apesar disso, a dimensão humana da administração encontra-se, ainda, em boa parte por estudar. Pouco sabemos sobre as carreiras concelhias, sobre o grau de abertura ou fechamento do grupo dirigente ou sobre os mecanismos de efetivo controlo do poder. Também sobre os homens muito falta saber, para além de um quadro genérico, que, no fundo, é aquilo que temos. Mesmo que os nomes e os apelidos dos governantes não pareçam estranhos aos que foram contactando com a documentação ou com a história eborense, falta integrá-los nos respetivos grupos e situá-los socialmente atendendo à sua diversidade, havendo ainda que clarificar as suas lógicas de poder e pôr em evidência a importância que a posse do poder concelhio assumia no reforço das suas posições.

Será em torno destas grandes questões que desenvolveremos o nosso estudo, centrado nos homens, mas que tem como pano de fundo a administração, a sua orgânica e as suas dinâmicas que, naturalmente, não são indiferentes aos contornos humanos da instituição. Vejamos, contudo, de uma forma mais pormenorizada as várias linhas de análise da investigação que nos propomos levar a cabo.

⁷³ Hermenegildo Fernandes/Hermínia Vilar, "O Urbanismo de Évora no período medieval", *Monumentos*, 26, 2007, pp. 6 - 15

⁷⁴ Bernardo Vasconcelos e SOUSA, *A propriedade das albergarias de Évora nos Finais da Idade Média*, Lisboa, INIC/CEHUNL, 1990.

⁷⁵ Joaquim Bastos SERRA, "Entre a promoção do *bem comum* e a defesa dos interesses próprios. A oligarquia concelhia de Évora no século XV", *Media Aetas. Revista de Estudos Medievais*, II Série, vol. III, *A Cidade e o Campo I*, Ponta Delgada, 2008/2009, pp. 69-101.

⁷⁶ Joaquim Bastos SERRA, "Os "Façanha". Uma família da oligarquia eborense nos finais de trezentos", Hermínia Vasconcelos Vilar, Maria Filomena Lopes de Barros, eds., *Categorias sociais e mobilidade na Baixa idade Média. Entre o islão e a cristandade*, Lisboa, Colibri, 2012, pp. 163-186; IDEM, "Entre o comércio e a governação local. Fernão Gonçalves Façanha: um mercador eborense de finais da Idade Média". *Medievalista* [Em linha]. N.º16 (Julho - Dezembro 2014). Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA16/serra1607.html>

Uma delas diz respeito ao exercício do poder local propriamente dito. A este nível, e tanto quanto as fontes o permitirem, procurar-se-á, num primeiro momento, reconstituir os elencos camarários e identificar os que passaram pelos cargos, para posteriormente se tentar delinear e caracterizar as suas carreiras concelhias, que estavam longe de ser homogêneas. Esta tarefa, pelos motivos que já conhecemos, reveste-se de alguma dificuldade e só em parte pode ser levada a cabo. Contudo, o aproveitamento exaustivo dos dados e a definição de claros critérios de análise, permitirão, como cremos, delinear e distinguir percursos.

Identificados os diferentes níveis de participação dos indivíduos no poder local, importa captar os fatores que facilitavam o acesso e a manutenção no poder e que concediam, a cada um, uma maior ou menor capacidade de influenciar o andamento da administração. Muito embora o protagonismo individual possa ter tido uma quota-parte de importância ascendente que se tinha na governação – e por isso a perscrutaremos – os indícios que temos vão deixando evidente que, mais do que o peso individual, aquilo que era verdadeiramente decisivo e determinante para se singrar na administração era o quadro de relações que se tinha no interior do grupo governativo. Daí que, apesar de todas as dificuldades, seja imprescindível tentarmos o levantamento do quadro de relações que se estabeleciam no interior do grupo de poder. Neste campo e muito embora o ponto de partida da análise sejam os indivíduos, não nos podemos cingir exclusivamente a eles. Importa atentar nas redes em que se integram e que suportam o seu poder, para que possamos pôr em evidência o verdadeiro peso que o parentesco, o clientelismo e as solidariedades várias que se teciam entre os que ocuparam os cargos assumiram no acesso e no controlo do poder municipal. Uma realidade pressentida e indiciada a partir de múltiplos elementos, mas poucas vezes demonstrada de forma efetiva. A clarificação deste quadro permitir-nos-á, como estamos em crer, ajuizar sobre o efetivo grau de abertura/fechamento do grupo governativo.

Às questões anteriores, somamos-lhe uma outra que é a de saber até que ponto a administração era permeável às pressões vindas do exterior e de que modo as mesmas se refletiam na própria composição do grupo governativo. É que, muito embora os homens que conduziram os destinos municipais tivessem um forte ascendente local, eles não estavam sozinhos na cidade, nem a administração estava isenta de pressões de diversa natureza. Neste campo, que decerto mereceria um aprofundamento maior do que aquele que podemos levar a cabo no âmbito desta dissertação, debruçar-nos-emos essencialmente sobre a capacidade manifestada pela nobreza e pelo poder régio de influir na administração. Deixaremos de parte, ou abordaremos apenas lateralmente, a questão dos mesterais, que muito embora constituíssem uma força de pressão continuada e desgastante, não parecem ter tido, pelo

menos durante uma boa parte do período medieval, capacidade de se impor no seio do grupo governativo. Bem diverso foi o peso de uma nobreza de maior estatuto, digamos assim, presente em força na cidade, sobretudo após a subida ao trono de D. João I, e que indiretamente, por via da colocação dos seus homens no interior da administração, ia influenciando no andamento da vida concelhia. Importa, neste caso, identificar e demonstrar efetivamente essa capacidade. Mas a grande força enquadradora, condicionadora, senão mesmo determinante, do devir concelhio era o próprio poder régio. A ele dedicaremos, por isso, uma maior atenção.

Se o peso que a coroa tinha nos destinos municipais foi uma realidade, no nosso país, em todo o período medieval, constituindo um dos traços caracterizadores do funcionamento da administração concelhia, ele ganhava uma particular evidência em Évora, pela forte proximidade que esta cidade tinha face à coroa.

A urbe transtagana constituía, como se sabe, um dos eixos de circulação da corte, tendo conhecido, ao longo do período medieval, uma crescente projeção no quadro sociopolítico do reino. Próxima dos monarcas e dos grandes do reino, acaba por ser testemunha de alguns dos mais significativos acontecimentos nacionais, assumindo, em alguns momentos, uma posição estratégica incontornável.

Esta posição muito particular da cidade constituía, para os homens do concelho, simultaneamente uma vantagem e uma limitação. Se, por um lado, lhes permitia uma projeção e uma capacidade de influência muito superior àquela que era patenteada pela generalidade dos concelhos do reino; por outro, colocava a administração sob olhar mais atento da coroa, aumentando as suas possibilidades de intervenção e de condicionamento do seu funcionamento. Não sendo propriamente uma especificidade da cidade, o papel do poder central no devir concelhio ganha nela uma maior dimensão, que talvez só encontre paralelo em outros centros urbanos de maior projeção⁷⁷. Não podemos, por isso, deixar de equacionar o peso da coroa enquanto fator de enquadramento global.

Procuraremos, assim, avaliar os reflexos que essa proximidade trouxe à administração da cidade que, como julgamos e esperamos poder demonstrar, ia muito além das questões administrativas e de funcionamento, chegando ao âmago da própria oligarquia, já que a coroa acaba por influir também nas dinâmicas sociais que se estabeleciam no seu interior. A nomeação dos regedores, por parte do monarca, que dessa forma valida percursos e impõe hierarquias no interior do grupo governativo, assim como a publicação do *Regimento* da

⁷⁷ Mário Farello demonstrou-o claramente para Lisboa, na sua obra sobre a Oligarquia concelhia desta cidade.

cidade de Évora, com os objetivos normalizadores que tinha subjacentes, são indícios que detalhadamente analisaremos no sentido de captar a força dessa relação. Évora pode ser, a este nível, um bom exemplo para tentar medir o efetivo controlo que a coroa, nos centros urbanos mais relevantes, tinha sobre o poder municipal e sobre o seu grupo dirigente.

Num outro nível de análise, e partindo da diversidade social que existia no interior do concelho, tentaremos perscrutar outras formas de afirmação e de estruturação do poder destes homens na cidade. É que, de facto, esse poder não se esgotava no controlo da administração municipal. Ia muito para além dela. Estendia-se a outros polos de poder urbano; assentava também na riqueza, e na dimensão económica, que, quase sempre, corria a par de outras formas de afirmação e de prestígio. Importa captá-las e demonstrar a importância que assumiram nos processos de afirmação familiar.

Partindo dos (parcos) indícios que foi possível apurar tentaremos analisar os seus horizontes sociais e identificar as estratégias de reforço das respetivas posições, fazendo uma aproximação às práticas sucessórias, às alianças matrimoniais e a outros mecanismos que iam sendo acionados no sentido de prestigiar e reforçar os respetivos grupos familiares.

Estamos, pois, face a um conjunto de questões, talvez ambiciosas, e que talvez só em parte possamos responder, mas que nos parecem relevantes não só para que possamos caracterizar o grupo dirigente, mas também entender muitas das suas tomadas de posição e das suas lógicas de atuação, quer sob o ponto de vista político, quer no campo social. De facto, se alguma coisa unia estes homens era um mesmo desejo de afirmação e de ascensão social. Abordar estas questões, na perspectiva dos que dominaram os concelhos, é também uma forma de indagar sobre as possibilidades e os mecanismos de mobilidade social, proporcionados por estes contextos urbanos, pondo em evidência a importância que a detenção do poder concelhio assumia para estes homens, na procura daquele desiderato.

3. UM TEMPO DE ANÁLISE “CURTO”: 1367-1433

Tendo em atenção o número de variáveis em jogo, não nos pareceu possível captá-las num tempo muito dilatado que, porventura, será mais propício à definição de quadros genéricos e de identificação de linhas de continuidade e de rutura, mas que talvez se mostre menos capaz de captar a *oligarquia em funcionamento*. De facto, muitas das questões que colocámos só fazem sentido se observadas num contexto concreto, onde as variáveis podem

ser captadas em interação. Preferiu-se, assim, uma análise mais em profundidade do que em extensão.

Havendo que definir um tempo concreto, acabámos por fazer recair a escolha no período que tem a crise dinástica de 1383-85 como fundo, mas cujo campo de observação se estendeu às décadas anteriores e àquelas que se lhe seguiram, para que se pudessem retirar conclusões mais consistentes. Uma época fascinante, de grandes potencialidades historiográficas, sob o ponto de vista que nos interessa, que, apesar de tudo o que sobre ela se escreveu, continua, quanto a nós, a ser mal conhecida na perspetiva dos dirigentes concelhios.

Objetivando: o tempo em análise será, pois, o que medeia entre a subida ao poder de D. Fernando e o final do reinado de D. João I, passando pela crise dinástica. Um período para o qual possuímos níveis de informação que, não sendo propriamente abundantes, julgamos suficientes para levar por diante o desiderato. Note-se que, como já vimos, é, precisamente, a partir dos últimos anos do reinado fernandino que a documentação municipal começa a ganhar alguma regularidade, permitindo a reconstituição mínima dos elencos camarários. Algo que até esse período se revela absolutamente impraticável, face ao carácter esporádico das referências aos governantes locais. A partir daí, os dados arquivísticos não só crescem progressivamente, como podem ser cruzados e complementados com a riquíssima informação contida nas crónicas, sobretudo nas de Fernão Lopes, de D. Fernando e de D. João I⁷⁸, onde são muitas, e significativas, as passagens relativas à cidade e aos seus homens.

É, assim, nesta cronologia que acompanharemos os governantes concelhios. De facto, muito embora o lapso temporal, em análise, seja relativamente curto, de não mais de 66 anos, trata-se de um período que esteve longe de ser pacífico, linear ou homogéneo. Nele se incluem dois reinados, uma crise dinástica de amplas consequências e um contexto económico, demográfico e político-militar que se estende desde uma época de profunda depressão para uma outra de estabilidade e de recuperação que é já a do final do reinado de D. João I.

Como é evidente, esses contextos não deixaram de ter reflexos na vida da cidade e da sua governação. Por isso lhe daremos alguma atenção no capítulo um. Nesse ponto inicial do nosso estudo, traçaremos um quadro genérico do período em causa, visto, obviamente, a partir de Évora, onde alguns dos acontecimentos que marcaram esses tempos foram vividos

⁷⁸ A elas acresce a Crónica de Condestável D. Nuno Álvares Pereira, de autor desconhecido, cf., *Crónica do Condestável de Portugal. D. Nuno Álvares Pereira*, preparação do texto e introdução de António Machado de Faria, prefácio de Manuela Mendonça, Lisboa, Academia Portuguesa de História/QuidNovi, 2011.

com particular intensidade. Concederemos alguma atenção à guerra que ocupou uma boa parte do período que tratamos. Ela ter-se-á acentuado, na comarca, no âmbito da designada terceira guerra fernandina, estendendo-se muito para além de Aljubarrota. Apesar de não podermos deixar de fazer referência, ainda que de forma muito breve, às consequências que as várias décadas de permanente instabilidade político-militar tiveram na cidade e na sua administração, o que importa realçar é, sobretudo, a participação que os homens ligados ao poder local desempenharam nos campos de batalha, bem como a projeção e os benefícios sociais que recolheram desse crucial apoio concedido aos monarcas. Esta questão entronca, naturalmente, na crise dinástica que, como se sabe, teve um dos seus epicentros nesta cidade, obrigando os homens que a governavam a tomar posições que foram decisivas para os seus destinos sociais.

O período em causa, pelo que nos revela das lógicas de atuação individuais e de grupo, pelo jogo de forças no seio da oligarquia que permite captar, pelos pressentidos efeitos que decorrem da maior proximidade do município com a coroa e, sobretudo, pelo campo de oportunidades ascensionais que abriu, constitui um campo de observação privilegiado para alguns dos fenómenos que particularmente nos interessam.

Note-se, que, muito embora a crise ganhe uma natural centralidade no nosso estudo, a análise que levaremos a cabo não se cinge a ela. Como estamos em crer, o lapso temporal que definimos permitir-nos-á captar linhas de força e tendências evolutivas que, em alguns casos, já se manifestavam antes da crise e que permanecerão muito para além dela. De qualquer modo, a crise, e a conjuntura militar que a acompanha, assumiu para muitos dos que encontramos na governação um impulso significativo nas suas trajetórias ascensionais, sendo essencialmente isso que importa realçar. Esse quadro político e militar que, de algum modo, acabou por conceder também um maior protagonismo à cidade, contribuiu para acentuar algumas das linhas de força que já antes se manifestavam. É o caso da relação de maior proximidade entre a coroa e a oligarquia eborense. Um facto favorecido pela importância estratégica da cidade e pela profunda sintonização política do grupo governativo com o poder central, mas que surge, também, naturalmente, enquadrada por lógicas governativas de cariz mais interventivo que se desenvolvem ao longo do reinado joanino. Seja como for, essa maior preponderância da coroa no concelho é uma realidade que a documentação eborense vai deixando bem evidente. Procuraremos demonstrar não só os efeitos que teve sob o ponto de vista do funcionamento da administração, mas sobretudo os reflexos que assumiu para a própria oligarquia que, como veremos, passará a estar, a partir daí, mesmo nas suas lógicas sociais, mais dependente do poder régio.

Pelo que já fomos referindo, parece-nos, pois, que a cronologia em causa apresenta inúmeras potencialidades no sentido da clarificação das nossas questões de investigação.

Para além do mais, a opção por este período constitui também o ensejo de rever historiograficamente um tempo em que a cidade e os seus homens tiveram um papel crucial, mas que continua, ainda, pouco conhecido. De facto, com exceção do referido artigo de Maria Ângela Beirante, um trabalho com dados importantes, mas que foi publicado há já várias décadas⁷⁹, e de um ou outro estudo mais pontual⁸⁰, que entretanto foi surgindo, nos quais se incluem os que realizámos sobre os *Façanha*, pouco mais veio a público sobre esses anos⁸¹. Mas a questão está longe de se cingir a Évora.

De um modo geral, e apesar do sempre referido papel dos municípios, o contexto da crise dinástica pouco tem sido abordado na perspetiva das governações locais, propriamente ditas. Na verdade, não sabemos muito sobre o impacto que teve nos grupos dirigentes.

As perspetivas com que se tem olhado para o papel dos concelhos, na conjuntura de 1383-85, foi-se centrando em outras questões. Se a historiografia mais tradicional, atenta ao factual, ao institucional e ao legislativo, não se preocupou muito com os que estavam à frente dos governos locais⁸², os trabalhos que surgiram a partir dos anos oitenta e noventa,

⁷⁹ Maria Ângela BEIRANTE, "O Alentejo na 2ª metade do século XIV – Évora na Crise de 1383-1385" in *Actas das Jornadas sobre Portugal Medieval*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1986, pp. 367-396.

⁸⁰ Caso, por exemplo, do papel do Bispo D. João no contexto da crise. Veja-se Hermínia Vilar, "Na Sombra da crise de 1383-85: o governo do bispo D. João de Évora", *Eborensia*, 39-40, (2008), pp. 103-116.

⁸¹ Entretanto, surgiram alguns trabalhos sobre o impacto da guerra na região do atual Alentejo, veja-se: João Gouveia MONTEIRO, "*Histórias da Guerra no Alentejo dos finais da Idade Média*", in *Actas do IV Colóquio 'A História Militar de Portugal no séc. XIX' e Dia da História Militar*, Lisboa, 1993, pp. 373-398, e em colaboração com Miguel Gomes MARTINS, *As Cicatrizes da guerra no espaço fronteiriço português, 1250-1450*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura e Palimage (Terra Ocre Edições), 2010.

⁸² De facto, os estudos mais tradicionais, pouco atentos à dimensão social do poder, passaram completamente ao lado da questão. Marcello Caetano, por exemplo, que, como é sabido, dedicou alguma atenção à crise dinástica, e particularmente ao papel que nela teve o concelho de Lisboa, fez tábua rasa dos homens que estavam à frente do concelho e dos seus interesses. Razão pela qual não retira todas as ilações interpretativas da análise que fez das concessões, dos privilégios e mercês concedidos ao concelho de Lisboa, num dos artigos em que aborda a questão. Mesmo quando reconhece que os mercadores estiveram fortemente envolvidos em todo o processo e foram um dos principais beneficiados pela prodigalidade do futuro monarca, não equaciona que os mesmos pudessem estar ligados ou próximos da governação. A imagem que se passa é a de que a oligarquia, algo expectante e calculista, assume um papel pouco participativo na decisiva fase dos acontecimentos. Uma leitura que mal se conjuga com aquele que sabemos ter sido o fortíssimo protagonismo que, posteriormente, o concelho de Lisboa assumirá nas decisivas cortes de 1385. Veja-se, Marcello CAETANO, "o concelho de Lisboa na Crise de 1383-1385", pub. em *A Crise Nacional de 1383-1385. Subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Verbo, s. d., pp. 123-170.

enquadrados em novas linhas historiográficas, apesar de terem equacionado a questão em outros moldes⁸³, acabaram também por não aprofundar o tema.

⁸³ Não pretendemos, como é evidente, fazer aqui um levantamento exaustivo da vasta bibliografia que foi sendo publicada sobre os concelhos na crise. É que, de facto, são muito os estudos que foram surgindo sobre o tema, assentes em linhas e correntes historiográficas muito diversas, com objetivos e pontos de vista bastante diferenciados. Para darmos um exemplo dessa diversidade, vale a pena mencionar que, no período de abertura democrática do país, a seguir a 1974, foram reeditados alguns trabalhos sobre o período da crise, com leituras ideológicas muito vincadas, como é caso dos trabalhos de Álvaro Cunhal, concretamente, *As Lutas de Classes em Portugal nos fins da Idade Média*, Lisboa, Estampa, 1975, (1.ª Ed., 1967) ou de António Borges Coelho, que em 1981, reedita *A revolução de 1383*, Lisboa, Editorial Caminho; a partir de textos anteriores, que teve nos anos subsequentes uma ampla divulgação. O autor publicou ainda um outro estudo sobre o papel do concelho de Lisboa nesse contexto, cf., “Lisboa e a Revolução de 1383-1385”, *Beira Alta*, vol. XLIV, 2, 1985, pp. 200-226. Esses anos foram férteis em polémicas sobre a própria designação a atribuir a esse período, que uns viram, apenas, como uma crise dinástica e outros consideram como verdadeira revolução.

Também o tema das revoltas populares, que ocorreram durante a crise, foram objeto de atenção, em muitos casos procurando-se integrá-las no contexto mais vasto da *crise geral* do século XIV e dos movimentos populares que, nesse período, ocorreram um pouco por toda a Europa. Em outros casos, refletiu-se, de uma forma mais ampla, sobre o posicionamento dos diferentes grupos sociais face ao contexto político. Alguns dos melhores trabalhos, a este nível, devem-se a Maria José Pimenta Ferro Tavares. Veja-se, da autora: “A Revolta dos Mesterais de 1383” in *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, 1977, vol. I, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1978, pp. 359-383. IDEM, “Os estratos sociais em 1383-1385”, *Beira Alta*, vol. XLIV, 2, 1985, pp. 227-244; Joel SERRÃO, *O carácter social da revolução de 1383*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978 (a partir de um texto, com o mesmo título publicado em 1946, cf. “O carácter social da revolução de 1383”, In *Cadernos da “Seara Nova”*, Lisboa, 1946, pp. 30-43. A crise deu, pois, origem a múltiplos trabalhos, alguns de grande interesse, mas que por serem centrados em outras problemáticas, pouco se referiram à questão dos dirigentes locais que só indiretamente equacionam.

Ainda nos anos oitenta a noventa surgiram outros estudos que, apesar de não terem como objetivo equacionar o papel das elites dirigentes nesses processos, acabaram por ter alguma relevância para o tema que mais nos interessa. Face à impossibilidade de nos referirmos a todos eles, limitámo-nos a indicar alguns que considerámos terem um maior interesse na questão das oligarquias. Pela importância que teve na releitura do papel político dos concelhos, até aí pouco valorizado, vale a pena referir o estudo de Armindo de Sousa sobre a participação e o papel dos concelhos nas decisivas cortes de 1385. Da análise dos capítulos, o autor vislumbra, por detrás do discurso dos procuradores concelhios, os interesses das oligarquias urbanas e do seu desejo de verem robustecido o seu poder nas cidades e nas vilas. Deteta em muitas das suas reivindicações, os interesses dos proprietários rurais e de homens fortemente envolvidos na mercancia, que eram aqueles que, globalmente, dominavam os concelhos. Por detrás do seu discurso político, descortina objetivos que, no fundo, visavam o reforço da sua posição de controlo do poder local. Simplificadamente, e seguindo o autor, podemos dizer que eles tinham como principal propósito: controlar a revolta popular, manter os mesterais afastados do poder concelhio e defender-se de uma nobreza de maior estatuto presente nas cidades, que se mostrava condicionadora da sua atuação. Uma leitura que se ajustava àquilo que ia sendo conhecido sobre a composição social do poder concelhio. Embora o tema das oligarquias, em si mesmo, não tenha interessado o autor, a análise levada a cabo vai deixando entrevisto quer o papel que as elites dirigentes tiveram em 83-85, quer o comprometimento dos monarcas com as políticas que visavam o reforço as suas posições locais. Veja-se Armindo de SOUSA, “O discurso político dos concelhos na Cortes de 1385”, *Revista da Faculdade de Letras: História*, II série, vol. 2, 1985, pp. 9-44. Uma leitura algo semelhante é levada a cabo por José Mattoso, em artigo publicado por esses anos. Embora num tipo de abordagem mais genérica, as conclusões a que chega não são muito distintas, cf. José MATTOSO, “Perspetivas económicas e sociais das Cortes de 1385”, *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, editorial Estampa, 1990, pp. 263-275.

Continua, por isso, a saber-se pouco sobre o papel efetivamente desempenhado, nesse contexto, pelas oligarquias urbanas, tal como pouco se sabe sobre as motivações que terão levado uma boa parte dos concelhos a optar pelo apoio político e militar à causa do *Mestre*. Uma outra questão suscetível de aprofundamento diz respeito às consequências sociais e políticas de que esse apoio se revestiu para os grupos governativos.

Muito embora o reforço da posição política destes homens, nos respetivos contextos, após a subida ao poder da nova dinastia, tenha vindo a ser abundantemente evidenciado e, desde há muito, se tenha posto em relevo a importância *da crise* nos percursos ascensionais de gente oriunda das elites urbanas⁸⁴, não são muitos os estudos que permitem efetivamente

Uma outra questão, relevante, no sentido da leitura que nos importa, mas que só nos últimos anos tem vindo a ganhar relevância, diz respeito ao papel dos dirigentes municipais e dos corpos militares concelhios nos conflitos que marcaram este período. Quanto a nós, esta questão não é de somenos importância para que se possa compreender plenamente a relevância que os concelhos ganharam em todo esse processo. Ela é também fundamental para explicar o ascendente e o protagonismo social de gente oriunda das oligarquias. Évora é, aliás, como veremos adiante, um bom exemplo, a esse nível. O papel militar dos concelhos, no contexto da crise dinástica, ganha relevo em diversos trabalhos de João Gouveia Monteiro, neles se incluindo a sua tese de doutoramento em que concedeu uma particular atenção à batalha de Aljubarrota, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Prefácio de José Mattoso. Lisboa, Editorial Notícias, 1998. Do mesmo autor, pode, ainda, ver-se: IDEM, *Aljubarrota, 1385. A Batalha Real*. Lisboa, Tribuna da História (Coleção “Batalhas de Portugal”), 2003. IDEM, *A Batalha de Aljubarrota. Novas interpretações*; in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 6, 2006 (pp. 105-122). Também Miguel Gomes Martins dedicou atenção a esta problemática, entre outros veja-se, Miguel Gomes MARTINS, *De Ourique a Aljubarrota A Guerra na Idade Média*, Lisboa Esfera dos Livros, 2011, principalmente o caps. 12 -15.

⁸⁴ Esta questão tem sido evidenciada, sobretudo, por historiadores que se têm dedicado ao estudo dos grupos nobiliárquicos. Caso de José Mattoso e de Maria José Ferro Tavares, por exemplo, que, desde a década de oitenta, do século XX, têm vindo a chamar a atenção para a importância de que o papel político e militar, desempenhado no contexto da crise, se revestiu para os percursos ascensionais, e mesmo para a integração no seio dos grupos nobiliárquicos, de gente oriunda das oligarquias urbanas. Veja-se: José MATTOSO, “A Nobreza e a Revolução de 1383” in IDEM, *Fragmentos de uma Composição Medieval*, 2ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 277-29. Maria José Pimenta ferro TAVARES, “A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385”, *Revista de História Económica e Social*, XII (Julho-Dezembro 1983), pp. 45-89. Muitos outros autores que dedicaram a sua atenção aos grupos nobiliárquicos, e às suas trajetórias nos finais da idade Média, foram abordando, direta ou indiretamente esta questão. Entre outros, pode ver-se: Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, parentesco e poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação casa de Bragança, 1990; IDEM, “A nobreza Portuguesa no início do século XV: Renovação e continuidade”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXI, Vol. 2, Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras - Instituto de História Económica e Social, 1996, pp. 219-252. Sobre o papel da nobreza, nesse período, bem como sobre os processos ascensionais de algumas famílias com ligações aos contextos urbanos, podem ver-se, também os trabalhos de Fátima Regina FERNANDES: *O reinado de D. Fernando no contexto das relações régio-nobiliárquicas*, dissertação de doutoramento, Universidade do Porto, 1996 (Publicado posteriormente no Brasil: *Sociedade e poder na baixa Idade Média, Dos Azevedos aos Vilhena: as famílias da nobreza medieval portuguesa*, Curitiba, Editora da Universidade Federal do Paraná, 2003; IDEM; “Os Abreu - uma família em busca do estabelecimento na segunda metade do século XIV”, *Revista de Ciências Históricas*, Nº 12, 1997, págs. 147-154 Da mesa autora, veja-se também: Fátima regina FERNANDES, “Os exilados castelhanos no reinado de Fernando I de Portugal”, *En la España medieval*, Nº 23,

acompanhar estes processos. Algo que não é de estranhar, tendo em atenção o já referido panorama historiográfico português sobre as oligarquias concelhias em concreto.

Esperemos que este nosso estudo possa, de alguma forma, contribuir para aclarar algumas destas questões, vistas necessariamente a partir de Évora. Mas ele constitui também uma chamada de atenção para as potencialidades de que uma análise centrada nos homens que dominavam as cidades e as vilas, que evidencie o seu imenso poder, as suas ambições e os seus horizontes sociais, poderá ter na releitura da crise e no papel que nela tiveram os concelhos.

De qualquer modo, e é necessário deixá-lo bem vincado, o centro da nossa atenção não é propriamente a crise nem as múltiplas questões que levanta. O que nos importa é o concelho, e mais concretamente os seus homens e as suas estratégias de poder, pelo que não escarpelizaremos, nem responderemos a muitas das questões que, porventura, poderiam ser colocadas em estudos mais específicos sobre Évora e a *crise*; o que não é o caso.

Antes de passarmos ao primeiro capítulo, importa clarificar ainda, duas outras questões.

A primeira prende-se com a delimitação concreta do universo humano da nossa abordagem, e com os critérios e que presidiram à seleção dos que constituem o seu objeto de estudo. Sendo o nosso objetivo o conhecimento dos homens que governaram a cidade, essa tarefa poderia, numa primeira análise, não parecer muito difícil de delinear. Contudo, a questão só aparentemente é simples, já que a definição dos contornos desse grupo é tudo menos linear. A dúvida que se nos colocou foi a de saber se deveríamos centrar a análise exclusivamente nos que passaram pelos cargos ou se a deveríamos alargar a outros indivíduos que, não tendo propriamente desempenhado funções concelhias, poderão ter tido uma palavra a dizer na condução dos destinos municipais. Estamos a lembrar-nos, por exemplo, de todos aqueles que, sem ter qualquer cargo, vamos encontrando a assistir às reuniões de vereações ou que vemos como testemunhas de determinados atos ao lado dos membros do

2000, pp. 101-115, IDEM, “Os exílios da linhagem dos Pacheco e sua relação com a natureza de suas vinculações aos Castro: segunda metade do século XIV”, *Cuadernos de historia de España*, , Nº 82, 2008, pp. 31-54; IDEM, “Diogo Lopes Pacheco: acción política y diplomacia entre Portugal y Castilla en el siglo XV”, *Studia historica. Historia medieval*, Nº 18-19, 2000-2001, pp. 211-224.

concelho. Homens que, decerto, se movimentariam na esfera do poder local, que seriam potencialmente elegíveis sendo, mesmo, provável que tivessem ocupado algum cargo, sem que a documentação disso nos dê conta. A par deles, talvez não fosse despropositado incluir igualmente, no estudo, os homens ligados à administração régia periférica, com alçada na cidade e na comarca, já que também eles teriam uma fortíssima capacidade de influenciar (quando não mesmo condicionar) o rumo da governação.

Contudo, o alargamento da esfera de análise aos que antes identificámos, obrigar-nos-ia à definição de complexos critérios de inclusão/exclusão, sem a garantia de que isso trouxesse muitas vantagens para o esclarecimento das nossas questões, correndo-se, ainda, o risco, sobretudo se optássemos por integrar os funcionários da administração periférica, de nos desviarmos do tema que nos propusemos perseguir. Tema do qual não constam os objetivos de compreender os rumos da governação, mas sim o desiderato de conhecer sociologicamente os que estavam à frente dos destinos municipais.

Por esse motivo, incluímos, apenas, no universo do nosso estudo, aqueles que foram integrando os elencos camarários, mesmo que isso tivesse acontecido uma única vez. E se assim o definimos foi porque considerámos que, num modelo onde o acesso aos cargos era bastante restritivo, o desempenho efetivo de funções implicaria sempre, por parte daquele que acedia ao governo municipal, uma forte proximidade face ao círculo de poder, já que a inclusão dos nomes na lista dos elegíveis não se fazia sem o aval dos que controlavam a administração.

Como é evidente, os homens que nos interessam são aqueles que detinham capacidade de julgar e punir e de dirigir os destinos municipais. Por isso, não nos debruçaremos sobre os que ocuparam os cargos menores e subalternos, de cariz mais funcional, como os porteiros, pregoeiros e outros, cuja identificação talvez se justificasse num trabalho sobre a orgânica da administração e os seus modos de funcionamento, mas que parece despiciendo abordar num estudo sobre os dirigentes municipais. Aqueles que nos importam são os que foram juízes, vereadores, procuradores, a que poderíamos também juntar os almotacés, já que eles estavam investidos de um poder próprio, e que só não incluímos, no estudo, por não ter sido possível a sua identificação⁸⁵. A eles se somam, naturalmente, os regedores. Muito embora este cargo

⁸⁵ Uma limitação, que tem, apesar de tudo, efeitos relativos, já que os juízes, vereadores e procuradores, findos os respetivos mandatos, ocupavam no ano seguinte, de forma rotativa, durante um mês cada um, as funções de almotacé. De qualquer modo, muitos outros que não conhecemos terão passado também pelo cargo, uma vez que os oficiais do ano anterior ocupavam apenas uma parte do ano. A impossibilidade da sua identificação impede-nos de saber se o cargo terá constituído, sobretudo

não fosse estritamente municipal, uma vez que era de nomeação régia e não obedecia às regras da rotatividade, aqueles que ocuparam as funções não só tiveram um papel efetivo na orientação da governação local, como eram, eles próprios, oriundos das principais famílias locais ligadas à governação.

Por via destes critérios, acabámos por definir um grupo composto por 178 indivíduos, que constituem o universo a partir do qual trabalharemos. Como é evidente, face a tudo o que já dissemos sobre as limitações da documentação, eles correspondem, apenas, a uma percentagem do total dos que passaram pelos principais cargos. Mas, muito embora, numa primeira análise, este número possa não parecer muito significativo, para 66 anos camarários, ao longo dos quais muitos mais homens terão participado na governação, a sua representatividade acaba por ser bastante superior. Se assim acontece é porque uma boa parte desses indivíduos passaram diversas vezes pelos cargos, mantendo, por vezes, uma relação de várias décadas com a administração, como demonstraremos, quando analisarmos as suas carreiras.

Apesar de os não estudarmos na perspetiva social, acabámos, também, por identificar e por traçar um breve retrato dos escrivães do concelho, que tinham um papel central e, muitas vezes, um poder real e efetivo, no andamento da administração, e cujo conhecimento pode ajudar na compreensão de algumas questões que nos interessam.

Uma segunda e última questão, para justificarmos a opção pelo termo oligarquia, que preferencialmente usaremos para nos referirmos ao grupo ligado ao poder municipal, onde cabem os indivíduos que exerceram funções concelhias, mas também, inevitavelmente, os respetivos grupos de parentesco, onde os mesmos se enquadram.

Não pretendemos dissecar, nem problematizar a questão dos conceitos que mais comumente têm sido usados para identificar estes grupos que dominavam a cidade e as suas instituições de governo. É o caso de *oligarquia*, *patriciado*, *elite urbana* ou até mesmo *burguesia*, que muito embora sejam usados para se reportar a uma mesma realidade – a dos grupos que dominavam as cidades – não são propriamente equivalentes. E se não queremos aprofundar a questão é porque muitos outros autores já se debruçaram sobre estes conceitos, explanando os seus sentidos, fazendo notar as especificidades que os distinguem, procurando integrá-los nas correntes teóricas que os suportam ou tentando captar historicamente a sua

para os menos engajados no interior do grupo dirigente, uma porta de entrada na administração e o início de um *cursus honorum*.

evolução⁸⁶. Mas mesmo assim, não quisemos deixar de lhes fazer referência, ainda que de forma muito breve, para que se tornasse mais clara a nossa opção.

O termo burguesia é, de entre os conceitos que referimos, aquele que parece menos apropriado para retratar a realidade dos que dominavam as cidades. É uma expressão histórica e ideologicamente muito marcada. Alguns consideram-na mesmo anacrónica e, por isso, inapropriada, já que se trata de uma noção de classe, da realidade social oitocentista, que se retroprojetou para o passado, inclusivamente para a sociedade medieval que tinha uma estrutura organicamente diversa. Para além do mais, esta noção está eivada de fortes conotações ideológicas. Ela veicula um conjunto de valores, que muitos consideram ser de difícil aplicação para o período medieval⁸⁷. Mas mesmo sem atendermos a essas conotações, a expressão burguesia, que remete sempre para a questão da economia e para aqueles que eram os seus principais dinamizadores e beneficiários, é excessiva e algo forçada para identificar o conjunto dos que dominavam as cidades e iam integrando as suas governações. Como já notaram diversos autores⁸⁸, seria, de facto, bastante simplificador, senão mesmo errado, referirmo-nos aos grupos dirigentes urbanos como *burgueses*. A designação pouco dá conta da heterogeneidade social dos que integravam os grupos dirigentes, onde muitas vezes os homens ligados às dinâmicas económicas constituíam apenas um dos seus segmentos sociais, com maior ou menor peso, consoante os contextos – mas ainda assim sempre um segmento – dos que dominavam os núcleos urbanos. Para além disso, resta, ainda, saber se, mesmo nas governações onde assumiam um maior pendor, os referenciais socioculturais predominantes assentariam nos valores que comumente se pretendem associar à noção de burguesia. No caso concreto das realidades peninsulares, a sua aplicação parece ainda menos apropriada, já que, numa boa parte dos seus núcleos urbanos, os homens da mercancia estavam longe de ser maioritários no seio das governações. Estas não só contavam com a presença de nobres como, em muitas delas, o quadro mental que se vivia era fortemente marcado pelo ideário nobiliárquico. É também esse, claramente, o caso de Évora, como veremos.

⁸⁶ Uma boa panorâmica sobre estas questões pode encontrar-se em José Antonio JARA FUENTE, “Elites urbanas y sistemas concejiles: una propuesta teórico-metodológica para el análisis de los subsistemas de poder en los concejos castellanos de la Baja Edad Media” in *Hispania: Revista española de historia*, Vol. 61, Nº 207, 2001, pp.221-266.

⁸⁷ Pode ver-se, por exemplo, A. Marcos Martín, “Historia e desarrollo: el mito historiográfico de la burguesia. Un apunte sobre la transición al capitalismo”, in L. M. Enciso Récio (coord.), *La burguesía Española en la Edad Moderna*, vol. I, Valladolid, 1996, pp. 15-34.

⁸⁸ Como é o caso de Rafael Narbona Vizcaíno que sobre isso discorre na introdução ao dossiê temático da revista do Departamento da História Medieval da Universidade de Valência, intitulado “Oligarquías políticas y elites económicas en las ciudades bajomedievales (siglos XIV-XVI)”, *Revista d'història medieval*, Nº 9, 1998, pp. 12-14.

Bem mais profícuos, na identificação dos dirigentes municipais e dos que se impunham nas cidades, são os termos *patriciado* e *elite*, que tiveram, sobretudo nas últimas três décadas, uma ampla aplicação nos estudos sobre as realidades urbanas e os seus grupos de poder.

A expressão *patriciado* surgiu em meados dos anos cinquenta do século passado, por mãos dos historiadores Henri Pirenne – o responsável pela sua reabilitação a partir das categorias sociais do império romano – e Jean Lestocquoy⁸⁹, que o aplicaram para identificar os grupos dominantes das cidades centro europeias. Por isso, desde o início da sua utilização, o termo surge muito associado a um dado perfil social de dirigentes urbanos dessas regiões, de forte dinamismo económico e artesanal, onde era significativa a presença de mercadores e de outros homens de negócios. Mas o conceito não se cingia a eles, comportava também a possibilidade de incluir todos aqueles que, por motivos diversos, se destacavam do comum da população e se mostravam capazes de se impor no quadro urbano. O conceito de patriciado, sem as amarras ideológicas que se encontram associadas, por exemplo, ao termo burguesia, e mostrando-se capaz de minimamente atender à diversidade dos que se impunham nos núcleos urbanos, acabou por ter amplo sucesso, enquanto conceito operativo. Passou, assim, a ser utilizado para identificar os grupos dominantes de realidades espaciais e sociais muito distintas⁹⁰. Contudo, ele não deixou também de ser objeto de alguma controvérsia e de sofrer críticas, por parte de historiadores que foram chamando a atenção, quer para o seu anacronismo, quer, sobretudo, para a sua inadequação ao estudo de algumas das realidades que pretendiam retratar, cuja matriz sociológica era bem diversa daquelas onde o conceito fora aplicado originariamente.

Autores, como por exemplo, Jean-Pierre Barraqué⁹¹ e, sobretudo, Máximo Diago Hernando, desaconselharam a sua utilização no que diz respeito à realidade castelhana. Consideraram que este conceito, importado da historiografia centro europeia, só de forma forçada poderia servir para identificar sociologicamente os que dominavam as cidades

⁸⁹ LESTOCQUOY, J.: *Aux origines de la bourgeoisie: Les villes de Flandre et d'Italie sous le gouvernement des patriciens (Xr.-XVr. siècles)*, Presses Universitaires de France, Paris, 1952.

⁹⁰ Uma boa síntese da utilização destes conceitos pode encontrar-se em Henri DUBOIS, “Les élites urbaines sous le regard des médiévistes français depuis 1945” in Claude PETITFRÈRE, ed. *Construction, reproduction et représentations des patriciats urbains de l'Antiquité au XXe siècle*, Actes du colloque tenu à Tours en 1998, Tours, Centre d'histoire de la ville moderne et contemporaine, 1999, pp. 532-533.

⁹¹ Jean-Pierre BARRAQUÉ “Les ciudadanos de Saragosse au XIVE siècle: essai de définition d'un patriciat Urbain” in Christian DESPLAT, dir. *Élites du Sud (XIVE - XVIIIe siècles)*. Aquitaine, Languedoc, Aragon, Navarre. Statuts juridiques et pratiques sociales, Pau, SSLA de Pau et du Béarn, 1994, p. 33-71. Pode ver-se, ainda, IDEM, *Saragosse A La Fin Du Moyen Age Une Ville Sous Influence*, Paris, Editions L'Harmattan, 1998, pp. 33.

castelhanas. Desde logo, porque estas incluíam, entre as suas fileiras, muita gente da nobreza, que estava arredada das governações urbanas de além Pireneus⁹².

Para outros, o cerne da crítica, à noção de patriciado, foi de natureza diferente. Embora reconhecendo as suas virtualidades, não deixaram de lhe apontar limitações sob o ponto de vista analítico e instrumental. Entre elas, o facto de promover leituras excessivamente isoladas do grupo dominante, sem atender ao complexo quadro de relações que aqueles que o integravam estabeleciam no seio das sociedades urbanas. Deste modo se coartava uma vertente de análise que se poderia mostrar importante para explicar a sua proeminência nos respetivos contextos. Para além do mais, considerou-se que ele se encontra excessivamente *colado* à ideia de controlo do poder político. Foi, essencialmente, por estas razões que historiadores como, por exemplo, Denis Menjot, colocaram algumas reservas à utilização do conceito de *patriciado* preferindo-lhe o de *elite*⁹³.

Este último conceito, ao invés do anterior, assume uma maior abrangência, contemplando a diversidade dos grupos dominantes urbanos, que iam muito para além dos que detinham o poder político, no sentido estrito. Na procura de compreensão dos múltiplos elementos que sustentam a superioridade e a distinção dos setores de topo das realidades urbanas, o conceito obriga a equacionar as diversas formas de destaque e de proeminência, sejam elas, o controlo do poder político, a riqueza, a relevância religiosa, cultural ou outra. Dimensões de poder que frequentemente se entrecruzavam em torno dos mesmos indivíduos e grupos. O conceito de *elite* tem-se mostrado, por tudo isso, um importante instrumento de análise capaz de explicar a proeminência e a capacidade de dominação de uma minoria, atendendo à complexidade do tecido social urbano e às imbricadas rede de relações, que os diferentes grupos que o compunham estabeleciam entre si⁹⁴.

⁹² Máximo DIAGO HERNANDO, “El perfil socioeconómico de los grupos gobernantes en las ciudades bajomedievales: análisis comparativo de los ejemplos castellano y alemán”, *En la España medieval*, Nº 18, 1995, pp. 86-87.

⁹³ Denis Menjot, “La classe dominante des villes de l’Occident méditerranéen au seuil de la Modernité”, j. HINOJOSA MONTALVO y J. PRADELLS NADAL, (eds.), *1490: En el Umbral de la Modernidad. El Mediterráneo europeo y las ciudades en el transito de los siglos XV-XVI*, vol I, Valencia, 1994, p. 199.

⁹⁴ É vastíssima a bibliografia sobre o conceito de elite, os seus considerando teóricos e as suas potencialidades enquanto instrumento de análise. Entre muitos outros, Veja-se: LE GOFF, Jacques, “Tentative de Conclusions” in Claude GAUVARD, ed. *Les élites urbaines au Moyen Age*. XXVIIe Congres de la SHMES (Rome, Mai 1996), Paris, Publications de la Sorbonne, 1997, p. 443-456. Pierre MONNET, “Élites dirigeantes et distinction sociale à Francfort-sur-le-Main (XIVe-XVe siècles)” in id., *Villes d’Allemagne au Moyen Âge*, Paris, Éditions A. et J. Picard, 2004. Elisabeth CROUZET-PAVAN, “Les élites urbaines: aperçus problématiques (France, Angleterre, Italie)” in Claude GAUVARD (ed.), *Les élites urbaines au Moyen Age*. XXVIIe Congres de la SHMES (Rome, Mai 1996), Paris, Publications de la Sorbonne, 1997, pp. 9-28. Também Jara Fuente analisa pormenorizadamente a evolução do conceito e

Muito embora o conceito de *elite* pudesse ser aplicado aos nossos homens que, inquestionavelmente, integravam a minoria dominante da cidade, optámos, ainda assim, pelo termo *oligarquia*. E fizemo-lo porque considerámos que o termo elite, mesmo que o restringíssemos, preferindo-lhe a designação de *elite política* ou a de *elite dirigente*, assumiria, em qualquer dos casos, uma abrangência superior àquela que corresponde ao grupo que definimos como objeto de estudo. Por outras palavras, se é verdade que o nosso grupo de poder se incluiria sempre no seio do que podemos designar de uma *elite dirigente* ou de uma *elite política*, estes conceitos não se esgotam neles. Uma análise perspetivada a partir desses conceitos implicaria o alargamento a outros grupos e subgrupos de poder existentes na cidade. Daí que a escolha tivesse recaído no termo oligarquia que é, claramente, mais ajustado ao nosso objeto de estudo.

Incluído no título da dissertação, o conceito tem a vantagem de, desde logo, circunscrever o tema e remeter diretamente para o estudo de um grupo estruturado em torno do poder político concreto, neste caso o municipal, deixando também entrevisto alguns dos traços caracterizadores dos seus modos de funcionamento e das suas lógicas de atuação.

Com efeito, sob todos os pontos de vista, o grupo em causa, configurava, como esperamos ser capazes de comprovar, uma verdadeira oligarquia, cumprindo quase todos os requisitos que normalmente as caracterizam⁹⁵. Os que encontraremos, ao longo do estudo, constituíam, como veremos, um círculo de poder relativamente fechado, composto por um número restrito de indivíduos e famílias, com ligações entre si, que controlavam a governação e se procuravam perpetuar nela. E mesmo um dos sentidos mais pejorativos que comumente surge associado ao conceito de oligarquia, o de governar em proveito próprio, não deixava também de estar presente. Como veremos, a propósito de diversas situações,

as questões teóricas que ele coloca, cf., José Antonio JARA FUENTE, "Elites urbanas y sistemas concejiles: una propuesta...", pp. 239-247.

⁹⁵ Margarita Cabrera Sánchez, historiadora com vasto trabalho em torno do estudo da nobreza e da oligarquia cordovesa, por exemplo, descreveu oligarquia como "... conjunto reducido de personas que, perteneciendo a un mismo grupo social y estableciendo fuertes vínculos familiares entre sus miembros, se aseguran el control político y el dominio institucional y económico del ámbito donde desarrollan su actividad..." in Margarita CABRERA SÁNCHEZ, *Nobleza, oligarquía y poder en Córdoba al final de la Edad Media*, Córdoba, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba; 1998, p. 15. A autora analisa e compara as diversas definições de oligarquia, cf., *ibidem*, pp. 15-17. Da mesma autora, podem ver-se, também, os seguintes trabalhos IDEM, "Oligarquía urbana y negocio inmobiliario en Córdoba en la segunda mitad del siglo XV", *Historia. Instituciones. Documentos*, Universidad de Sevilla: Departamento de Historia Medieval y Ciencias y Técnicas Historiográficas, Nº 20, 1993, pp. 107-126, IDEM, "Oligarquía urbana y explotación del regadío en Córdoba durante el siglo XV" in *La nobleza peninsular en la Edad Media, VI Congreso de Estudios Medievales* (VV.AA), Fundacion Sanchez-Albornoz 1999, pp. 509-526.

estes homens não deixavam, na sua ação governativa concreta, que teoricamente devia estar ao serviço do *bem comum*, de ir defendendo os seus interesses pessoais e de grupo.

Mas essa é já uma dimensão algo lateral ao nosso estudo, que não é centrado na análise dos rumos da governação. Quando nos referirmos a eles, e só o faremos pontualmente, é apenas para que melhor fique evidenciada a importância que a detenção do poder político assumia nas lógicas de afirmação e de reforço das posições sociais destes homens, que são, essas sim, as verdadeiras questões que nos interessam.

